

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

GRAU, Eros Roberto. Eros Roberto Grau II (depoimento, 2013). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (4h 40min).

**Eros Roberto Grau II
(depoimento, 2013)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Barbara Pommê Gama ; Fernando de Castro Fontainha; Rafael Mafei Rabelo Queiroz; Thiago dos Santos Acca;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Barbara Pommê Gama; Thiago Acca;

Técnico de gravação: Ítalo Rocha Viana;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 20/05/2013 a 20/05/2013

Duração: 4h 40min

Arquivo digital - áudio: 5; Arquivo digital - vídeo: 5; MiniDV: 5;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição (1988-2013)”, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Escola Direito Rio e o CPDOC/FGV, com financiamento da Fundação Getulio Vargas, entre abril de 2012 e março de 2014. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Academia Paulista de Letras; Advocacia; Anistia política; Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988; Brasília; Carreira jurídica; Censura; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Corrupção e suborno; Direito; Ensino superior; Família; Filosofia; Imprensa; Índios; Infância; Instituto dos Advogados Brasileiros; Instituto Nacional do Seguro Social; Legalização do aborto; Lei de imprensa; Magistratura; Militância política; Nelson Jobim; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Poder constituinte; Poder judiciário; Poder legislativo; Política; Roberto Freire; Senado Federal; Sistema penal; Supremo Tribunal Federal; Terras indígenas; Ulysses Guimarães;

Sumário

Entrevista: 20 de maio de 2013 Apresentação; infância (mudanças de cidade); opção pelo Direito e pela Filosofia; orientação política de seu pai e sua influência; ligação com o Partido Comunista; grupo “ A Esquina” – militância; Joaquim Canuto Mendes de Almeida; início da profissão de advogado; tese de Doutorado; diretor da Companhia Melhoramentos de Paraibuna; fim da atividade contenciosa, início da atuação como parecerista; COMASP (Comitê de Meio Ambiente do Estado de São Paulo); Celso Telles; advocacia contra o regime – censura; candidatura de Nelson Jobim como deputado; ligação entre Jobim e Ulysses Guimarães; assessoria à Bancada Paulista da Constituinte; prisão em 1964 e 1972; relação com o Partido Comunista e cargos públicos; período da Constituinte; posse na Academia Paulista de Letras e a relação com os antigos membros “Da Esquina”; convites para o Supremo Tribunal Federal (1988 – 2002 – 2004) ; o STF (Supremo Tribunal Federal); IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros); Poder – Dever vs. Dever – Poder; função de ministro e a autonomia de compreensão; visita ao Senado; sabatina; separação de Poderes; atuação como Magistrado pela primeira vez; TV Justiça; recepção no STF; montagem do gabinete; separação dos casos por relevância; diferença entre Direito e Justiça; STF como Tribunal de Recursos e não como corte Constitucional; apartamento funcional; vida em Brasília; influências sobre os Magistrados; dificuldade de tomar uma decisão frente à realidade; “Aprendendo Direitinho”; relação social entre os Ministros do STF; corrupção; Princípio da Insignificância; aborto anencéfalo; caso do Canecão; índios Pataxós; contribuição dos Inativos para o INSS; TV justiça e a banalização do STF; lei da Imprensa; lei da Anistia; influências externas; Roberto Freire; escola crítica do Direito; O direito Posto e Pressuposto; Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito; caso Ellwanger; CNJ (Conselho Nacional de Justiça); Cesare Battisti; município de Luís Eduardo Magalhães; pareceres; A Ordem Econômica na Constituição de 1998; interpretação da norma; função de juiz; pedido de Vista; ministro aposentado; aposentadoria compulsória; conclusão e agradecimentos.

Entrevista: 20/05/2013

F.F. – Ministro, a gente tem o hábito, é de praxe que a gente comece a entrevista pedindo que o senhor nos diga o seu nome completo, data e local de nascimento, nome dos pais, algo parecido com o que a gente costuma chamar de qualificação.

E.G. – Bom, eu nasci em Santa Maria, Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul, no dia 19 de agosto de 1940. Meu pai, Werner Grau, com W; minha mãe, Dalva Couto Grau. Eu nasci em Santa Maria. Isso é uma frase que eu gosto de repetir. O que faltaria para a qualificação?

F.F. – Acho que está...

E.G. – Basta isso: eu nasci em Santa Maria. [riso]

F.F. – Eu lhe perguntaria por que é uma frase que o senhor gosta de repetir, que nasceu em Santa Maria.

E.G. – Porque... É curioso. Eu saí do Rio Grande, saí da minha terra quando tinha três anos. Na cidade não tinha ensino superior e o pai fez um concurso público e nós saímos de lá. [Um concurso] para o Ministério da Fazenda, o primeiro concurso do Dasp, o pai fez. Mas, embora a gente tenha saído em 1943, eu sempre mantive um vínculo muito próximo com a minha cidade. E há qualquer coisa dentro de mim que diz que é uma causa de grande orgulho, ter nascido em Santa Maria, de modo que isso me faz muito bem.

F.F. – Perfeitamente. Como é que o senhor descreveria a sua casa, durante a sua infância? Como é que era o cotidiano da sua família?

E.G. – Na verdade, nós tivemos mais de uma casa, porque primeiro... Eu nasci na Avenida Ipiranga, em Santa Maria, e creio que depois nos mudamos para... o pai e a mãe foram para a rua do Acampamento, num pequeno prédio de apartamentos de três andares que já existia. Mas, depois disso, nós fomos para Mato Grosso – moramos em Cuiabá e Três Lagoas, de 1943 a

1945 –, e daí eu não tenho quase lembrança. Em 1945, fomos para Natal, no Rio Grande do Norte. Então, lá, eu me lembro dos dois lugares: na Praça Pedro Velho e na Prudente de Moraes. Eu tenho uma memória boa para determinadas coisas. Moramos em Natal até 1950 ou 1951 e aí viemos para São Paulo – meu pai foi transferido para São Paulo. Depois, em 1958, eu já tinha entrado na faculdade, já trabalhava, meu pai foi transferido para o Rio e eu continuei a morar em São Paulo. Nessa época que meu pai trabalhava no Ministério da Fazenda, ele passou a trabalhar junto à Fundação Getulio Vargas e acabou sendo diretor da Escola Interamericana* (Eiap). A lembrança que eu tenho mais de casa aqui é do primeiro apartamento em que moramos em São Paulo e, depois, de um prédio maravilhoso que até hoje eu admiro, feito pelo Vilanova Artigas, aqui na Praça Vilaboim. Foi um dos primeiros prédios modernos. É um prédio antológico; hoje tombado. Meu pai, minha mãe e eu, uma vida... Eu fui filho único, fui o único filho, e criado com todas as desvantagens do filho único e nenhuma vantagem de filho único, o que valeu uma imensa amizade ou uma amizade imensa, maravilhosa entre meu pai e eu. É lógico que eu quero muito bem à minha mãe, sempre quis, mas meu pai era um cara muito... uma figura exemplar. Eu acho que deve existir o céu. Deve existir, sim. E, se existir, é ele que vai estar me esperando lá em cima.

F.F. – Ministro, então, todas as mudanças pelas cidades pelas quais o senhor passou, até o senhor... Entendo que o senhor se separou da sua família... Quando seu pai veio para o Rio, o senhor decidiu ficar em São Paulo. Mas, até então, todas as mudanças foram em decorrência...

E.G. – Sempre me mudando... Meu pai tinha um cargo que era... Eles eram chamados “os príncipes da República”. Ele era fiscal do Consumo. Os colegas dele eram: Viana Moog; José Lins do Rego... Agora não me ocorre, mas tinha mais gente. Era um pessoal extremamente qualificado.

F.F. – O primeiro que o senhor citou, antes do José Lins do Rego, foi quem?

E.G. – Viana Moog.

* Eiap – Escola Interamericana de Administração Pública.

F.F. – Viana Moog.

E.G. – Viana Moog.

F.F. – Como é que se escreve o sobrenome dele?

E.G. – M-O-O-G. Escreveu *Bandeirantes e pioneiros*; *Um rio imita o Reno*; foi da Academia... Acho que foi da Academia Brasileira de Letras. Era um pessoal extremamente qualificado intelectualmente. Então, o pai foi sendo transferido, e acabamos chegando aqui em São Paulo e aqui ficamos. Eu tenho muitas boas lembranças de Natal, onde eu estudei... Eu não fui para o colégio... Eu fui alfabetizado em casa e só fui para o colégio no quarto ano primário, ou terceiro ano primário, não me lembro bem. Aí estudei em Natal. Estudei no Colégio Salesiano São José, em Natal, e depois viemos para São Paulo. Aí houve um período, justamente a época da transferência do meu pai, em que eu e a minha mãe ficamos em Porto Alegre. Então, eu fiz o primeiro semestre do quinto ano primário em Porto Alegre, e depois, chegando em São Paulo, eu fiz o segundo semestre na Escola Americana. Na época era o curso de admissão. O quinto ano era o admissão. A Escola Americana do Mackenzie. Aí estudei no Mackenzie: fiz o ginásio; o curso colegial, que se chamava clássico na época; e a faculdade. Eu estudei na Faculdade de Direito do Mackenzie. Eu não fiz o vestibular na São Francisco. Até porque eu não imaginava que fosse fazer direito. Eu queria fazer a Faculdade de Filosofia. Depois que eu entrei no curso é que eu me dei conta de que o meu caminho era o direito. Mas fiquei muito frustrado porque eu não tinha feito o vestibular na São Francisco e descobri que só tinha uma maneira de purgar essa minha falha: era ser professor titular no Largo de São Francisco. Então, fiz o doutorado e, depois, a livre-docência. Em 1970... Eu fiz o doutorado... Minha tese de doutorado é de 1972, eu creio. E fiz carreira no Largo de São Francisco.

F.F. – Ministro, deixa eu voltar só um pouquinho e lhe perguntar: o senhor tem memória de como foi que se deu a sua opção pelo direito?

E.G. – Olha, eu tenho. Quando eu tinha 15 anos, um tio meu... Eu lia muito.

F.F. – O que o senhor lia?

E.G. – Ah, meu pai me abria as coisas. Meu pai, quando eu era... com sete ou oito anos... nove anos! eu estava indo para o colégio, em Natal, meu pai fez uma versão para teatro infantil de *O poço do Visconde*, do Monteiro Lobato. Depois, havia umas figuras que meu pai me falava: ele falava muito do caso Dreyfus; falava de Sacco e Vanzetti. E uma loucura, porque eu li Papini, *Gog*, de Papini, eu acho que com 13 anos; depois cheguei a... Acho que a primeira vez que eu li o velho Marx, eu devia ter uns 16 anos. Devia ter uns 16 anos, mais ou menos. Qual foi a tua pergunta, mesmo? Só para eu retomar...

F.F. – Como é que o senhor...?

E.G. – Ah, foi o negócio do direito, exatamente. Porque eu lia muito, um tio meu, o irmão mais velho do meu pai, tio Walter, me deu, no aniversário, um livro... Porque eu tinha falado alguma coisa sobre direito, mas uma conversa meramente ocasional. Ele me deu um livro do Von Ihering. Curiosamente, não *A luta pelo direito*, que é o... mais conhecido, não é? Mas ele me deu *O espírito do direito romano*. Eu tinha 15 anos. É curioso, porque eu tenho esse livro até hoje. E aí eu comecei a ter uma... comecei a ficar curioso pelo direito. Ao mesmo tempo, eu tinha essa relação com a literatura. Eu tive dois grandes professores de português no Mackenzie, no curso clássico, que foram: o professor Massaud Moisés e o professor Nilo Scalzo. Então, eu fui um dos... É curioso, porque eu lembrava, na quinta-feira passada, para o José Gregori, que, quando eu era muito moço, que ninguém conhecia o Fernando Pessoa, a gente... eu era admitido numas reuniões na casa do José Gregori e as únicas pessoas que conheciam o Fernando Pessoa... Estou falando de 1965 e 1966. Quem conhecia o Fernando Pessoa era o Saulo Ramos, que acabou de morrer, era meu amigo, e eu. Então, nessa ocasião é que começou a se instalar a dúvida, em que eu cheguei à conclusão que eu devia fazer a Faculdade de Filosofia e o curso de direito. É lógico que... É engraçado como uma coisa puxa e vai ali adiante. Eu tive uma grande influência intelectual... Exerceu grande influência intelectual sobre mim um amigo, que era um homem bem mais velho, do Rio, chamado Paulo Amélio do Nascimento Silva, que era professor de linguística...

F.F. – Paulo Amélio?

E.G. – Paulo Amélio do Nascimento Silva, que escreveu uma tese, *Referência e significação*. Eu o conheci... Eu era advogado e fazia uns trabalhos para a Embratur, e ele trabalhava na Embratur e ficamos amigos. E aí é que eu comecei a compreender essa coisa da linguagem, da linguagem jurídica. Eu acho que isso foi, intelectualmente, muito importante. Foi muito importante para mim, sabe? Estou pegando minhas notas aqui. [risos] Então, isso foi... Meu pai me... Eu não vou dizer que meu pai me orientou politicamente, mas meu pai me deixou ver as coisas desde a perspectiva política. Percebe a diferença, não é? Quer dizer, me dando toda a liberdade, mas dizendo: “Quem sabe, vir por aqui”. Aquela coisa não de pai para filho, mas de amigo para amigo.

T.A. – Como é que o senhor definiria a orientação política do seu pai?

E.G. – Meu pai era um homem de esquerda. Meu pai era um homem de esquerda. E se orgulhava. Às vezes, dizia para mim: “Eu era de agitprop”, que era o setor de agitação e propaganda. E têm lances maravilhosos com ele. Na época, vamos dizer, de militância, eu me lembro, uma ocasião em que eu fui ao Rio, e ele morava no Rio, morava na Constante Ramos, eu disse: “Vou sair à noite”, e pedi emprestado o carro a ele, e eu notei que ele ficou meio preocupado, porque ele imaginou que eu fosse usar o carro para alguma traquinagem política. Não era. Era uma traquinagem feminina. [risos] E quando eu cheguei... De qualquer modo, ele percebeu. Quando eu cheguei em casa de volta, tinha um... Era um apartamento pequeno que meu pai morava. Era um sofá-cama, e em cima tinha um bilhete dele com letra vermelha: “Com você, eu topo tudo”. Então, era um homem que... vamos dizer assim, me abriu os caminhos para pensar livremente.

T.A. – E como é que o senhor descreveria...? O que o senhor aprendeu? O seu pensar livre produziu que tipo de traquinagem política? Na sua juventude, é claro.

E.G. – Na minha juventude? Se você quiser que eu faça alguma referência a meu pai... Para tudo a gente tem um símbolo, não é? Eu posso imaginar... dizer, por exemplo, que quando meu neto nasceu, eu vi um sorriso se abrindo para mim. Se você me dissesse como é que eu representaria meu pai, eu diria: um obelisco, mas um obelisco que era só coração. Mas um homem de uma retidão absoluta, que dizia para mim: “Olha, tu não mente, hem? Porque quem

mente, rouba; quem rouba, mata; quem mata, vai para a cadeia”. Então, quer dizer, eu aprendi os padrões de moralidade. Meu pai me ensinou isso. Eu me lembro, tem uma cena que se conta, minha mãe contava e ele mesmo contava, ainda em Santa Maria, eu era bem pequenininho, devia ter menos de três anos, ou três anos, e estava meu pai com um amigo que tinha um livro, e eu peguei o livro e joguei no chão, e aí meu pai me pegou e disse assim: “Menino, tu não tem senso de responsabilidade?”. Eu tinha três anos e meu pai queria que eu tivesse senso de responsabilidade. De modo que isso foi uma coisa que eu aprendi – acho que aprendi –, a ter um comportamento reto. Eu sempre tentei ter. Acho que tenho tido sempre. Agora, política, eu me meti estudante, à esquerda. Nunca em alguma... Como é que vamos dizer? Sempre com um sentido mais ou menos objetivo. Eu estava ligado ao Partido.

F.F. – Qual?

E.G. – O Partido é o Partido, o Partido Comunista, é lógico. O resto é coisa da burguesia. [risos] O resto são manifestações da burguesia. Eu acho isso mesmo até hoje. E isso sempre me fez muito bem. Durante a época que houve a chamada guerrilha, a luta armada, essa coisa toda, eu nunca me meti nisso, mas eu abriguei e escondi gente, cumpri tarefa, e por isso fui preso.

F.F. – Ainda no colégio ou já na faculdade?

E.G. – Não, não, já depois da faculdade. Fui preso na época do DOI-Codi.

F.F. – Não, eu digo... Quando é que o senhor identificaria o início da sua militância política?

E.G. – Ah! Na época de faculdade.

F.F. – Na faculdade.

E.G. – Na época de faculdade.

F.F. – E aos 16 anos, quando o senhor teve contato com o velho Marx, quem foi que lhe...?

E.G. – Meu pai. Meu pai. Que me marcou, assim, foi meu pai: “Olha, lê isso, lê aquilo”. Eu acho que a primeira coisa que eu li foi *O 18 Brumário*, que é encantador. Acho que foi a primeira... Seguramente, foi a primeira coisa que eu li do velho. Eu lia Platão, *Diálogos*, de Platão. Uma maluquice! Não tinha... É lógico, as pessoas podiam... serem normais, sem serem alopradas, vamos dizer assim, *nerds*. Porque não tinha televisão. A minha casa, das redondezas, foi a última casa a ter televisão. Quer dizer, a gente tinha tempo para ler. Hoje, você não vê isso. Os jovens não têm mais. De modo que aquilo não era uma virtude minha, não. Todos os meus amigos... Eu fiz política, no tempo da faculdade, num grupo que eu acho maravilhoso. Porque havia o grupo que se chamava “A Esquina”. Essa esquina era na esquina da rua Barão de Itapetininga com a Praça da República – depois ela passou para a rua 24 de Maio e, depois do golpe, ela passou a ser itinerante. Então, até hoje, o mundo se divide entre quem era e quem não era d’A Esquina. Eu posso dar uma lista de pessoas que eram d’A Esquina: José Serra; João Manuel Cardoso de Mello; Belluzzo; Michel Temer; Miguel Tebar; Raimundo Pascoal... Tinha gente de todas as faculdades: da Faculdade de Direito, da Faculdade de Ciências Econômicas... Eu falei no Serra, não é?

F.F. – Hum, hum. [concordando]

E.G. – E da [Faculdade de] Veterinária. O Laerte era da Veterinária. Dirceu Brisola, grande jornalista, que é da Faculdade de Direito. Ali tinha AP; Partidão; Polop, que era a Política Operária... Aloysio Nunes Ferreira, que era mais moço, mas ia lá, grande senador da República. E ali fazíamos..., exercitávamos... Eduardo Kugelmas. Exercitávamos as nossas virtualidades políticas. Para muita gente, deu certo; outros morreram antes da hora. Era extremamente agradável ser jovem naquela época. Garanto que era mais agradável do que hoje. Esse pessoal se reúne até hoje. Hoje, com menos frequência: duas vezes por ano... O hoje desembargador aposentado de São Paulo Maurício Vidigal e o João Renato é que organizam isso. Vão poucos, mas nós mantemos a velha chama.

F.F. – E continuam as discussões políticas?

E.G. – Continuam as discussões políticas. Talvez, com menos intensidade e o pessoal mais com o pé no chão, mas continuam as discussões políticas.

F.F. – E n’A Esquina eram mais discussões? Os senhores planejavam ações ou, como o senhor definiu mais cedo, traquinagens? O que acontecia n’A Esquina?

E.G. – Era o seguinte: mais ou menos, naquela época, quem tinha namorada avisava para a namorada que, ali pelas 10h30 ou 11h, ia embora, não namorava mais, ia para A Esquina. E lá se discutia política universitária; se fazia planos para o Brasil; se sonhava; e havia gente que estava... que, além de estar ali na reunião, tinha alguma atuação. Por exemplo, eu posso referir amigos ali que estavam metidos com o Marighella e que estavam metidos em grupos revolucionários, e outros que apenas pensavam.

F.F. – O senhor se enquadraria em qual perfil?

E.G. – Eu pensava. Eu estava naquele... Eu pensava. E fiz umas poucas tarefas, como se dizia antigamente, eu cumpri determinadas missões, mas nenhuma incendiária. [risos]

F.F. – O senhor poderia nos contar aquelas que mais marcaram o senhor, quais foram as missões e tarefas que mais lhe marcaram?

E.G. – É complicado isso, porque tem coisa, por exemplo, que hoje eu não sei se eu faria, mas embananar determinadas reuniões. Vai lá para embananar, fazer os caras se desorganizarem. E sobretudo proteger pessoas. Eu protegi muita gente. Ganhei amigos. Hoje, tenho um grande, grande amigo que... Não vou dizer o nome porque agora há pouco, até conversando, mencionava para um outro amigo que ele está deprimido. Ele está com 70 e tantos anos. Esse sujeito que é meu amigo de coração, eu nunca o tinha visto e, um belo dia, eu recebi uma ligação de um sujeito que dizia: “Olha, aquele seu amigo vai chegar na sua casa hoje. Você espera por ele, não?”. Eu digo: “Espero. Me dê uma hora ou duas horas para arrumar as coisas”. “Então está bom.” E o sujeito chegou na minha casa. E aí houve uma cena muito bonita, porque... Ele chegou lá com um... Evidentemente, se apresentou com outro nome. É um amigo que chega. E começamos a conversar, começamos a conversar e lá pelas tantas, já era noite, jantamos, já era noite, a minha filha Karin começou a chorar e a mãe pegou no colo e andou para lá e para cá, e eu vi duas lágrimas correrem no rosto dele. Eu disse: “O que é isso, amigo?”.

E ele disse: “Eu não devia dizer isso, mas é que a minha filha também se chama Karin”. Quer dizer, coisas assim é que hoje, com a visão que eu tenho hoje, me fazem ver que há algo além de nós. Quer dizer, um gesto de afetuosidade que só pode existir se a gente não for só matéria.

T.A. – Professor, o senhor disse que A Esquina fazia planos para o Brasil. O senhor se lembra de algum plano, especificamente, que vocês tinham arquitetado ou pensavam?

E.G. – Não. Não havia nada específico. Quer dizer, a gente... Cada um, pela sua maneira, quer dizer... Por exemplo, o Serra era da AP, que não tinha absolutamente nada a ver com o Partidão e com a Polop, senão querer mudar o mundo. Então, nós analisávamos o mundo e queríamos mudar o mundo, mas cada um tinha a sua direção. O que nós sabíamos é que nós queríamos mudar o mundo. Percebe? Quer dizer, não existia nenhum plano. É engraçado você estar falando nisso. Na verdade, o plano... Qual foi o plano na época do Dílson Funaro, na época do Sarney? Foi o Plano Verão? Tudo isso saiu da cabeça de gente d’A Esquina: do João Manuel Cardoso de Mello; do Belluzzo... Mas não havia... Havia uma exuberância de pensamento, de reflexões, de jovialidade. Algumas, exuberâncias demasiadas, que foram os caras que se meteram com o Marighella e com tudo mais, com o pessoal da luta armada.

F.F. – Mas, ministro, antes de falarmos um pouco da referência que o senhor fez à prisão etc., eu gostaria de perguntar como é que era conciliar a vida de militante com a vida de alguém que precisava cursar disciplinas, fazer provas, enfim, fazer uma Faculdade de Direito.

E.G. – Não havia militância que, vamos dizer assim, que tivesse incompatibilidade com fazer a faculdade. E também, dentro da faculdade, fazia política universitária... Todos fazíamos aquilo sem comprometer, vamos dizer assim, o curso. Ou seja, eu diria quase que não seria possível fazer o curso sem exercer aquele tipo de militância e era perfeitamente possível ter a militância fazendo o curso. Isso porque eu não estava metido, vamos dizer assim, em aventuras, em assalto a banco – como alguns amigos nossos fizeram –, porque eu não tive que sair do... não tive que me esconder. Está compreendendo? Quer dizer, o meu tipo de militância não era incompatível com o curso na vida normal, digamos assim.

F.F. – Perdão, ministro, o senhor se formou em que ano?

E.G. – Em 1963.

F.F. – E mesmo antes do golpe militar havia...?

E.G. – Havia. É lógico que havia. É lógico que isso não era militância, mas era já um sinal da minha participação. Eu terminei de ler agora o livro sobre o Jango e é um negócio, para mim, muito bonito, a descrição que esse sujeito que escreveu o livro faz do comício da Central. Eu estava lá. Eu saí de São Paulo, eu e um amigo meu chamado Eduardo Kugelmas, que se foi – foi um amigo muito próximo que eu tive que, infelizmente, faleceu. Eu e ele fomos ao Rio. Fomos ao Rio para assistir ao comício da Central. Quer dizer, havia um entrosamento nosso com a realidade, e isso envolvia tudo. Quer dizer, era a vida cultural. Quer dizer, quais são as lembranças que eu tenho? É engraçado, porque agora eu tentei recuperar, por causa de uma conversa com um amigo meu, umas anotações que eu fiz. Eu recebi... Eu não, o ministro, a função que eu fui recebeu lá o título de cidadão carioca, então, naquela ocasião, eu andei recuperando. Tem uma cena, para mim, que é inesquecível. Eu ia ao Rio com frequência – além de todas as razões outras, porque meu pai e minha mãe moravam no Rio. Então, uma ocasião, eu fui ao Rio... O Eduardo estava comigo, tinha ido ao Rio, também. Era uma outra ocasião. E tinha um negócio chamado Zicartola, no Rio de Janeiro, que era da dona Zica e do marido, que era o Cartola, e lá, uma noite... eu me lembro de uma noite muito bem, em que estavam na mesa: o Vianinha, Oduvaldo Vianna Filho; Nara Leão; Sérgio Cabral pai, meu amigo até hoje; e eu. Quer dizer, são coisas que não saem da cabeça. Ao mesmo tempo em que eu tinha, vamos dizer assim, os olhos abertos para a política, eu tinha uma amiga minha de São Paulo que passava as férias no Rio e cujo irmão era gerente administrador do Glória. Daí a minha ligação com o Hotel Glória, onde eu tomei vários banhos de piscina, rapazinho, inclusive com a Adalgisa Colombo, que ia lá tomar banho de piscina. Não sei se... Vive ainda, a Adalgisa?

F.F. – Não sei.

E.G. – Era uma mulher muito bonita. Tomara que viva. Ela era muito linda.

F.F. – Ministro, deixa eu lhe fazer uma pergunta então, voltando um pouco para a faculdade: o senhor lembra de algum professor ou alguns professores que o influenciaram, ou colegas de turma, colegas de faculdade?

E.G. – Olha, eu tive um professor de direito comercial que era um grande professor, chamado Philomeno Joaquim da Costa, lá no Mackenzie – e era, também, professor da São Francisco – , que era extremamente rigoroso. E por ser extremamente rigoroso, o pessoal tinha um verdadeiro pavor dele, e porque tinha pavor dele, todo mundo estudava. E talvez eu estudasse mais. Tanto é que eu ganhei... O sem-vergonha, sobretudo, um colega meu de turma, o Bernardo, ele me apelidou de Eros Philomeno.

F.F. – Quem lhe apelidou? Desculpa.

E.G. – Um sujeito chamado Bernardo Teixeira Vianna. Ele me chamava de Eros Philomeno. Esse homem foi muito importante. Eu diria que... Um sujeito que nunca foi meu professor, mas com quem eu convivi – e convivi com ele na São Francisco e no Mackenzie –, e por uma razão muito peculiar, porque ele era um homem mais velho, bem mais velho, e era casado com uma mulher mais moça do que eu, embora ela fosse... mais moça do que ele, embora ela fosse mais velha do que eu. Era um homem genial. Foi procurador-geral da República. Chamava-se Joaquim Canuto Mendes de Almeida. Já ouviram falar?

T.A. – **Não me é estranho.**

E.G. – Pois, olhe, esse sujeito era fabuloso. Era um homem de uma inteligência brilhante e de um humor excepcional. Por exemplo, uma das coisas que... Eu acho que é até legal eu fazer essa revelação aqui: é uma coisa incrível que as pessoas não saibam que a canção *Oh! Minas Gerais* (Oh! Minas Gerais/ Quem te conhece não esquece jamais) é do Canuto, e isto é apenas uma letra em cima da melodia Oh! *Vieni sul mar*, uma canção italiana. Vocês conhecem, eu creio.

F.F. – Não.

E.G. – Bom... Porque vocês são jovens. O Canuto era uma bola! Ele era meu amigo, e quando eu dava aula no Mackenzie... Porque eu me formei, aí fui fazer doutoramento e comecei a dar aula na São Francisco, mas antes dava aula no Mackenzie. E um dia ele... Eu dava aula para a mulher dele. Eu digo sempre que essa foi a única vez na vida em que eu fui corrompido. O Canuto veio à minha casa um sábado de manhã, perguntou por mim, a moça disse que eu estava dando aula, pediu para chamar a minha mulher, aí ele voltou... Meio-dia, quando eu cheguei em casa, depois de ele ter voltado algumas vezes para perguntar se eu já havia chegado, quando eu entrei na casa... “Ah, professor!” Ele me diz: “Olha, Eros, vim lhe contar que eu vou ao Maranhão. Porque a minha família, Mendes de Almeida, nasceu no Maranhão, então, eu disse para a Idali”, que era a mulher, “‘vamos ao Maranhão’, e ela disse: ‘Não, eu não posso porque eu acho que eu fiquei para exame oral’”. Aí, disse o Canuto para mim: “Eu perguntei para ela”, disse ele, “‘quanto que você precisa para não ir para o exame oral?’”, na prova escrita. “E aí a Idali disse: ‘Eu preciso de nove’. E aí eu disse: ‘Ora, Idali, é lógico que você tirou nove.’ Não é mesmo, Eros?”. Eu disse: “É lógico que ela tirou nove!”. [risos] Eu não tinha dado a nota, ainda, mas dei nove. Era um sujeito... Eu digo que é a única vez que eu fui induzido a... Acho que foi a única vez. Pode ser que eu tenha errado em outra ocasião. Creio que não. Mas acho que isso nem foi erro. Era um grande cara, o Canuto. Depois, eu não sei, eu não tive um professor que tenha sido marcante. Eu tive livros que foram marcantes. Se vocês me perguntassem qual é...? Professor, eu me lembraria mais dos professores do curso clássico do que da faculdade. Sem, absolutamente, demérito para nenhum deles. É gente fabulosa, mas nada ficou marcado, assim, como, por exemplo, o professor de português que eu tive e que eu já mencionei até.

F.F. – Então, a proximidade do senhor com o professor Canuto talvez explique...?

E.G. – O Canuto não era um professor que era meu amigo; o Canuto era um amigo meu que era professor. Percebe a diferença? É uma diferença nessa linha aí.

F.F. – Isso explica, talvez, o senhor ter enveredado pela área do direito financeiro?

E.G. – Não. O que aconteceu foi o seguinte, eu tinha uma angústia: todos os meus colegas... Naquela época, havia cursinho para o vestibular. Eu fiz cursinho para o vestibular... Nessa

época do cursinho que eu cumpri uma tarefa de embananar com a ala jovem de um partido político e eu sumi com os livros. Ih! Foi um negócio... uma tarefa terrível! [risos] Mas por isso que eu não quero ficar lembrando dessas coisas. Todos os meus colegas de cursinho, meus amigos, foram para a Faculdade de Direito da USP. E eu não fui. Eu fui para o Mackenzie. O Mackenzie era em frente da... era na Maria Antônia, em frente da Faculdade de Filosofia. E eu então fui fazer o Mackenzie, e quando eu descobri que o meu negócio era direito, eu queria ir para a São Francisco. E na época eu dava aula de direito tributário, mas estavam entrando, não na faculdade, mas na docência, fazendo livre-docência naquele momento, Geraldo Ataliba, Antonio Roberto Sampaio Dória e Rui Barbosa Nogueira. Eu disse: “Não, meu negócio não é... Aí vai ter muita disputa”. E aí eu resolvi mudar de área. Aí, eu ia fazer o doutoramento, e na época havia um tema que cabia dentro do direito econômico que era a região metropolitana – minha tese de doutorado é uma tese sobre região metropolitana, que foi publicada, *Regiões metropolitanas – regime jurídico* –, então, daí eu fui me afastando totalmente do direito tributário para aquilo que estava acabando de surgir, que era o direito econômico, e daí eu caminhei para o direito público, basicamente.

F.F. – Quando é que o senhor considera que o senhor começou a exercer uma profissão jurídica? Quando é que o senhor, pela primeira vez, percebeu que o senhor era um profissional do direito?

E.G. – O que é um profissional do direito? Essa é uma... O que é um profissional do direito? Como é que você...? Eu preciso saber o que você está significando, nessa...

F.F. – Deixa eu reformular a pergunta. Quando é que, pela primeira vez na sua vida, o senhor conseguiu se sustentar trabalhando como advogado ou como alguém que exerce uma profissão jurídica?

E.G. – Ah, sim. Bom, quando eu entrei na faculdade, eu fui trabalhar num escritório de advocacia como... Naquela época, a gente dizia *fórum boy*. Hoje, diz estagiário. E eu aprendi muito com dois sujeitos. Era um grande escritório. Eu acho que existe até hoje. Era o Duarte Vaz Pacheco do Canto e Castro e o José Bueno de Aguiar. Chamava-se Aguiar, Castro e Barros, porque depois o Fábio Monteiro de Barros veio. Eu acho que ainda existe: Barros e alguma

coisa. Aí, quando eu cheguei... No quarto ano, a gente podia ser solicitador acadêmico: você podia fazer tudo que um advogado faz, menos assinar inicial e recurso. E sustentar. Não podia sustentar. Então, naquela ocasião, meu pai me... Era completamente diferente, completamente diferente de hoje. Meu pai me deu dinheiro para comprar uns móveis. Eram uns móveis usados. E eu comecei a trabalhar. E as primeiras coisas que eu fiz estavam ligadas a... Agora me falta o nome técnico. Era quase que um serviço de despachante de gente que chegava ao Brasil e precisava regularizar a sua situação – eu tinha um amigo que trabalhava no consulado português. E aí eu comecei a trabalhar com algumas coisas de direito tributário. E aí, não sei... Quando eu estava no quinto ano da faculdade... Não, no quinto ano, não. Quando eu estava no primeiro ano, já depois de formado, eu era um advogado, eu era um advogado que se sustentava como tal. Antes já era, mas levava uma vida extremamente... O número de advogados que havia em São Paulo era muito menor. Talvez houvesse mais solidariedade, um mandasse causa para o outro, coisas desse tipo. E era muito importante a coisa de o sujeito ter uma carreira docente, também. Era inteiramente diferente de hoje. O advogado era, essencialmente... O professor de direito era um advogado. Não era como hoje.

F.F. – Entendo então que o senhor fez uma carreira, logo depois da formatura, que era uma carreira de docência e advocacia.

E.G. – Docência e advocacia, o tempo todo. Houve um momento em que eu dava aula no Mackenzie, na Faculdade de Direito e na Faculdade de Ciências Econômicas; eu dava aula na Unicamp; aula na GV... **[Inaudível]**. Eu dava aula, várias aulas, advogava e escrevia artigos.

F.F. – O senhor chegou a advogar... a fazer advocacia contenciosa? Ou o senhor era mais... ficava mais na consultoria?

E.G. – Cheguei a fazer advocacia contenciosa. Como não?

F.F. – E o senhor classificaria a sua advocacia como mais contenciosa ou mais consultiva?

E.G. – Começou contenciosa. Agora, o que aconteceu foi o seguinte... Aí tem outro lance da... na minha vida. Eu já contei isso para vocês, quer dizer, para a GV, mas eu posso contar

novamente. Eu acho que... Não faz mal que eu conte a mesma coisa que já contei lá na...? Quer voltar aí para...?

F.F. – Não. Não há problema.

E.G. – Posso...?

F.F. – O que o senhor achar relevante...

E.G. – Eu acho relevante até registrar.

F.F. – Então, por favor.

E.G. – Porque eu acho que seria até... Está gravando?

F.F. – Hum, hum. [concordando]

E.G. – Você me perguntou como é que eu conjuguei essa coisa da advocacia contenciosa com docência e tudo. Houve um momento... Vou dizer uma coisa muito... bastante relevante. Meu pai foi diretor-geral da Fazenda Nacional e era um homem ligado... amigo de San Tiago Dantas, e ele tinha um amigo em São Paulo chamado Laudo Natel. Quando o Adhemar de Barros foi cassado...

F.F. – Qual é o nome?

E.G. – Laudo Natel.

F.F. – Laudo Natel?

E.G. – É. Foi governador de São Paulo. Quando o Adhemar de Barros foi cassado, um amigo comum ao meu pai e ao Laudo, no mesmo dia, telefonou para o meu pai e disse: “Werner, prepare-se porque o Laudo vai precisar de você. Você vai ser o secretário da Fazenda”. E no

outro dia, meu pai ficou em casa e, perto da hora do almoço, esse sujeito, chamado Agnaldo Rodrigues de Carvalho, chegou lá na casa do meu pai e disse: “Olha, aconteceu um negócio totalmente inesperado. Hoje de manhã chegou lá um rapaz, um moço, e apresentou-se dizendo que vinha procurá-lo por ordem de Brasília para ser o secretário da Fazenda”. Era um professor da Faculdade de Ciências Econômicas chamado Antônio Delfim Netto. Bom, aí o Laudo ficou muito chateado em relação ao meu pai e, dois meses depois ou um mês e meio depois, me nomeia, a mim, diretor de uma empresa estatal.

F.F. – O senhor lembra qual era a empresa?

E.G. – Comepa (Companhia Melhoramentos de Paraibuna). Eu fui diretor administrativo financeiro. Fiquei em dúvida, se aceitava ou não. “Está bom”, aceitei. Só que quando terminou essa empresa...

F.F. – O senhor me permite lhe perguntar por que o senhor ficou em dúvida, se o senhor aceitava?

E.G. – [Foi] de repente; não estava nos planos; tinha o lado político; tinha o lado profissional, “o que eu vou fazer do meu escritório?”. Bom, o que é que eu fiz do meu escritório? Acabou. Porque era eu só.

F.F. – E o lado político?

E.G. – Você começa a fazer perguntas quase embaraçosas. Eu queria... “O Partido, o que é que acha?” O Partidão, as pessoas com quem eu... Então, foi uma coisa... “É conveniente politicamente?” A Comepa era uma empresa que, junto com a Celusa, Uselpa e outras mais, viraram a Cesp (Companhia Energética de São Paulo). Bom, aí, quando terminou o governo Natel, logo que assumiu o outro governo, que eu acho que era o Sodrê, resolveram criar uma Companhia de Água e Saneamento aqui em São Paulo, e quem foi escolhido como diretor... como um dos diretores dessa empresa foi um sujeito que era o meu... quando eu era diretor da Comepa, ele era o meu superintendente administrativo financeiro. E seja porque fizemos uma boa camaradagem, seja porque ele soubesse que eu estava meio no desvio, ele sugeriu que eu

fosse chamado para organizar o Departamento Jurídico da Comasp*. A Comasp, hoje, chama-se Sabesp**. Naquela ocasião, eu conheci um homem... um diretor-presidente que teve uma grande influência, também, não na minha formação acadêmica, na minha formação intelectual, mas no meu ajuste profissional, o engenheiro, meu amigo até hoje – está com 80 e tantos anos –, Haroldo Jezler, que me provocava: “Você escreve de um jeito que a gente não entende”. E eu dizia: “Então escreva do seu jeito”. Eu era um moleque atrevido. E aí eu organizei o Departamento Jurídico e depois disse: “Olha, executar a coisa não me interessa. Eu quero voltar para o meu escritório”. Aí eu trabalhava meio período e eu comecei a dar pareceres, pareceres internos. Eu acho que eu fiz isso com muito... com algum capricho. Eu acho que eu fiz isso com algum capricho. E apareceu um negócio, uma coisa muito engraçada que, no fim, girava em torno de uma tese da distinção entre contrato de empreitada e contrato de compra e venda de bem futuro. E eu comecei a dar parecer. Eu passei a ser procurado no escritório para dar parecer. Depois eu fiz a livre-docência. Aquela era uma época em que o cara escrever, embaixo de um parecer, “professor livre-docente da Faculdade de Direito da USP” dava mais valor. E, sei lá, de repente, quando eu vi, a minha vida era uma vida de advogado dando parecer. Aí baixou a... Eu abandonei praticamente a atividade contenciosa. Eu tinha um escritório que tinha mais gente trabalhando, e o que eles faziam, eu acompanhava, mas eu mesmo não tinha interesse em... O negócio do parecer é uma maravilha: tá-tá, tá-tá e acaba. Não tem que esperar. E assim foi. E assim foi..

F.F. – Então, nós tínhamos parado em “o parecer é uma maravilha”. Deixa eu aproveitar a nossa pausa, ministro... Foram os primeiros anos da sua carreira, a ocupação de cargo em empresas públicas.

E.G. – Foi.

F.F. – Durante quanto tempo, o senhor ocupou cargo...? E o que fechou o escritório do senhor? O senhor ficou só na docência e...?

* Companhia Metropolitana de Água de São Paulo.

** Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

E.G. – Não, não, não. Eu nunca fiquei só... Eu fui diretor da Comepa, eu acho que durante um ano. Nessa época, o meu escritório era eu, e por isso que, quando eu terminei a atividade lá na Comepa... Eu estava com a vida meio comprometida economicamente, e aí me convidaram para criar o Departamento... criar juridicamente a Comasp. Eu fiquei na Comasp, inicialmente, como chefe do Departamento Jurídico. Eu trabalhava meio período, e aí meu escritório continuava. Aí eu quis me demitir – meu escritório começou a deslanchar, eu já dava alguns pareceres. Quando eu resolvi me demitir, o diretor disse: “Não, não se desliga, de jeito nenhum”. Aí o Mindlin... O Antonio Ignacio Angarita da Silva, grande Angarita, professor da GV... Sabe quem é?

F.F. – Hum, hum. [concordando]

E.G. – Ele me convidou... Ele era chefe de gabinete do Mindlin. Então, eu trabalhei com o Mindlin...

F.F. – Mindlin?

E.G. – Assessor de José Mindlin, que foi secretário da Cultura aqui de São Paulo e que tinha, na área jurídica... Ele tinha três pessoas trabalhando com ele: um sujeito chamado Flávio Bierrenbach, eu e um jovem promotor público chamado Celso de Mello, com quem eu convivi depois no Supremo. Depois, quando acabou... E foi uma época dura, porque foi a época que mataram o Vlado, o Vladimir Herzog. Depois disso, eu tinha, vamos dizer assim... Eu começava a aparecer como um sujeito que dava... como parecerista. E aí que eu comecei... a minha atividade de advogado passou a ser mais de parecerista do que de advogado. Mas eu tive grandes momentos como advogado. Tenho belas histórias, que são inesquecíveis. Posso contar?

F.F. – Claro! Por favor.

E.G. – Bom, eu tenho, para uma primeira história, uma que eu acho genial. Não por mim, mas pela história. Meu pai tinha um amigo chamado Celso Telles que era delegado-geral de Polícia em São Paulo. E aí houve um confronto político entre ele e o secretário da Segurança Pública.

Ele era delegado-geral de Polícia. Havia uma troca de governo na época. E o Celso sabia que o secretário queria pegá-lo – tinha uma ação contra o Celso Telles e a gente sabia mais ou menos. E eu estou no meu escritório, já tínhamos tido uma ou duas reuniões, eu estou no meu escritório, liga o Celso Telles e diz: “Eros”, ele me chamava de Eros, “tem um oficial de justiça querendo me citar aí”. Eu falei: “Não aceita a citação de jeito nenhum”. Ele falou: “Mas como é que eu faço?”. Eu falei: “Ah, dr. Celso, prende esse cara”, e ri daqui, ri dali. Ele disse: “Não tem como escapar?”. “Disfarça. Manda o sujeito embora.” “Ah, está bom, vou dar um jeito.” Dali a 20 minutos, bate na minha porta, era o Celso Telles, e aí contou que saiu por uma porta dos fundos, pá-pá-pá, e ficou conversando. E eu precisava ir ao fórum. Aí, lá pelas tantas, eu falei: “Dr. Celso, eu preciso ir ao fórum, o senhor vai me perdoar”. Eu estava imaginando que ele fosse sair. Ele virou para mim e disse: “Você não se incomoda de eu ficar aqui?”. E eu descii no elevador e, quando cheguei embaixo, me dei conta que eu estava homiziando simplesmente o delegado-geral de Polícia do estado de São Paulo no meu escritório. Eu tive um acesso de riso. Porque era exatamente a inversão de tudo, quer dizer, um delegado-geral de Polícia sob a minha proteção, no meu território. Uma outra história que eu acho também extremamente interessante... Bom, teve, na época da censura aqui, a defesa... a liberação de peças de teatro aqui. Isso foi uma... Fazíamos mandados de segurança com um sujeito chamado Aldo Lins e Silva, que morreu, primo do ministro Evandro ou irmão, não me lembro, e um advogado que ainda vive em São Paulo, está velhinho, o Izrael Febrot. Nós fizemos alguns mandados de segurança. Tem uma famosa sentença de um juiz, que era juiz federal na época, liberando a Feira Paulista de Opinião. Está publicada, se não me engano, no volume seis da *Revista de Direito Público*, essa sentença, em que o juiz federal libera e diz: “Ah, esse negócio de censura é uma coisa só da União Soviética! É um absurdo!”. É um juiz federal chamado Américo Lacombe, não sei se vocês conhecem, que depois esteve preso, inclusive. Nessa época, eu fui... Foi uma época muito bacana. Tinha o Comando de Caça aos Comunistas que queria pegar a Norma Bengell, que estava numa peça, e eu fui guarda-costas da Norma Bengell. Foi uma época muito divertida. E era uma maneira de a gente atuar, também, como você diz aqui.

F.F. – O senhor, então, advogou contra o regime?

E.G. – É lógico que advoguei. Mas é lógico que advoguei. Mas é lógico.

F.F. – Uma das frentes de atuação: mandados de segurança contra atos de censura de peças teatrais.

E.G. – Sim, sim. As peças de teatro eram todas elas... Eram todas elas [não]. Eram as que... As que incomodavam o governo eram sumariamente censuradas. E me lembro também de um caso muito interessante. Eu tive uma aluna no Mackenzie que era uma grã-fininha que chegava na primeira aula com um culote e roupa de salto, de quem tinha acabado de saltar na Hípica. E essa menina, passa o tempo, ela já advogada, um dia ela me procura. Ela foi engambelada pela mãe e pelo irmão, que jogaram toda a responsabilidade de uns débitos tributários em cima dela, então, ela quer prisão como depositário infiel. Eu me lembro de uma bela cena... Eu advoguei para ela. Aí advoguei forense, mesmo, e me lembro de uma... O primeiro *habeas corpus* que eu fui sustentar... Naquele dia, tinha um grã-fino aqui de São Paulo, eu não vou dizer o nome, um milionário que tinha sido preso e liberado. Então, a manchete d’*O Estado de S. Paulo* era: “Fulano de tal solto”. E eu cheguei para fazer a sustentação com o jornal atrás de mim, e quando eu comecei, mostrei e disse: “Egrégia Câmara, fulano de tal, rico, solto. Minha cliente, uma pessoa pobre, presa”. Bom, evidentemente... Aí desenvolvi a argumentação em cima desse mote. Quando eu terminei, me deram o *habeas corpus*, mas um dos desembargadores sai, eu estou saindo ali do púlpito, ele vem lá pelo corredor e ele diz: “Olha, doutor, a próxima vez que fizer isso, eu mando lhe prender”. Quer dizer, são coisas... É engraçado. O advogado jogava a sua vida, Ele vivia aquilo, naquela época. Eu tenho também uma história muito engraçada que envolve coisa... Em mil e novecentos e... Ou melhor, eu fui advogado do pessoal da informática. Não sei se vocês lembram de uma coisa que foi a chamada “guerrilha da informática”. A indústria brasileira... Que deu inclusive o artigo 171 da Constituição. Depois, numa reforma, foi revogado, mas que dava proteção à indústria nacional, uma coisa maravilhosa, a chamada Lei de Informática. Conhece isso?

F.F. – Como é que foi, ministro?

E.G. – Ah, isso foi uma coisa espetacular. Dava-se uma proteção absoluta à empresa brasileira de capital nacional. E havia uma distinção entre a empresa brasileira de capital nacional e a empresa brasileira *tout court*, a empresa brasileira, simplesmente. Na época era necessário, porque a empresa brasileira de capital nacional que desenvolvesse tecnologia tinha uma série

de vantagens. E aí vem a Lei 7.232, se não me engano, que é a Lei de Informática. Tudo isso foi para o espaço, anos depois. O Severo Gomes foi um grande defensor da Lei de Informática. E tem uma... Eu tomei nota disso, se vocês... Acho que isso está... Eu escrevi sobre isso no número 179 da *Revista de Informação Legislativa*. Eu conto mais ou menos isso. Talvez valesse a pena dar uma olhadinha. Mas uma história muito engraçada foi uma história que houve em 1986 ou 1987. Eu fui a Porto Alegre, dada a minha origem no Rio Grande do Sul, eu fui a Porto Alegre para ter... participar lá de umas coisas ligadas à eleição da OAB. E os meus dois amigos lá eram: um sujeito chamado Luiz Carlos Lopes Madeira e um outro sujeito chamado Nelson Jobim. Nós tivemos um jantar num hotel, o City, em que eles precisavam decidir o seguinte: quem ia ser candidato à OAB e quem ia ser candidato a deputado federal. Tinha um sujeito chamado João Gilberto Lucas Coelho que era... tinha uma base eleitoral muito grande lá na região de Santa Maria e que não ia mais se candidatar. Naquela ocasião, então, decidiu-se que... Decidiu-se [não]. Eles decidiram – eu assisti – que o Madeira ia ser candidato à OAB Nacional e o Jobim ia ser candidato a deputado. Foi e ganhou a eleição. Aí o Jobim, logo... antes... A posse seria em março ou fevereiro, mas o Jobim chegou antes. O assessor não. O Jobim chegou antes. Porque ele, na verdade, porque ele é muito objetivo e ele queria pegar um apartamento bom. Ele sabia que, se ele chegasse antes, ele pegava um apartamento melhor. Como ele não tinha nada que fazer, ele começou a escrever o que seria o regimento da Assembleia Constituinte. E aí, quando ele terminou aquilo, procurou o dr. Ulysses. “Dr. Ulysses, tem um deputado novo aí que quer lhe cumprimentar”. “Ah, está bom.” E ele chegou, mostrou para o dr. Ulysses, o dr. Ulysses falou: “Muito interessante. Que bom. O senhor pode ir embora”. Depois, quando o Ulysses começou a ler, ficou entusiasmado, encantado, e aí mandou chamar o Nelson. E aí nasce a ligação do Ulysses Guimarães com o Nelson Jobim. E o Nelson Jobim acabou sendo um dos artífices da Constituição, exatamente... exatamente... Bom, porque ele é o Nelson Jobim. Na ocasião da Constituinte, o governador de São Paulo era o Orestes Quéricia. Então, um professor, uma grande figura que já morreu, Geraldo Ataliba, que era muito amigo do Quéricia, ele organizou uma comissão de assessoria à bancada paulista na Constituinte, que era: ele, Geraldo Ataliba; Celso Antônio Bandeira de Mello; Adilson Dallari; e eu. A gente ficava, cada um de nós, uma semana em Brasília e passava três sem ir. Não ganhava nada. Ganhava a passagem e uma hospedagem no Hotel Nacional, que era do governo de São Paulo. E foi uma época maravilhosa, porque eu tinha um contato muito grande com o Jobim, passei a ter um... Havia o negócio da Política Nacional de Informática e passei a ter um contato muito

grande com o pessoal da... com o Severo. Então, embora eu estivesse lá em nome do governo do estado de São Paulo, eu, vamos dizer assim, me relacionava... O artigo 215 da Constituição, “o mercado interno integra o patrimônio nacional”, quem redigiu foi um sujeito chamado Cláudio Mamana e eu. Nós dois redigimos e demos para o Severo. Não foi ideia nossa, não. Aquilo foi uma festa de cérebros, ou uma tormenta de cérebros, se vocês quiserem. Eu detesto esse negócio de falar em inglês. Mas quem deu a forma, “o mercado [interno] integra o patrimônio nacional”... Uma noite, no Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), nós dois escrevemos isso, e depois o Severo levou, levou para o Mario Covas, e está lá na Constituição. Tanto é que quando revogaram o artigo 171, logo depois que terminou tudo – evidentemente, eu era contra a revogação e o Jobim era a favor –, eu falei: “Seus idiotas, não adiantou nada, porque vocês não revogaram o 215, que assegura também proteção, evidentemente, aos...”. Você vê que essa história é maravilhosa. É para passar o resto da vida contando.

F.F. – Sem dúvida. Ministro, deixa eu fazer uma pergunta. Estamos chegando já nos anos 80, quando foi que...? O senhor fez menção ao fato de ter sido preso. Isso ocorreu quando? Desculpe, eu...

E.G. – Foi em 1972.

F.F. – Em 1972?

E.G. – Eu fui preso primeiro em 1964. Na verdade, eu fui detido, em 1964, porque houve... Quiseram envolver meu pai, e meu pai estava detido em Cumbica e veio um amigo dele que era um homem do... um coronel do Exército, revoltado com aquele negócio, bateu na minha casa e eu fui levá-lo a Cumbica. Nós entramos em Cumbica, porque ele era do Exército, e ele foi lá para saber o que havia com meu pai e, depois de uma hora, voltou e disse que queriam me ouvir. Queriam fazer uma ligação entre a atividade do meu pai como funcionário público e a minha atividade como advogado, o que não pôde ser feito. Era uma coisa muito engraçada, porque tinha... Eu tinha... Eu não gosto de lembrar isso. É uma coisa tão torpe. Naquela época... Vou contar rapidamente. Uma moça de São Paulo ia se casar com um rapaz que veio estudar medicina aqui em São Paulo, e ela era filha de um sujeito [**inaudível**] que era diretor de uma

empresa de móveis. Os pais do rapaz, do noivo, eram muito ligados a meu pai e minha mãe e, quando eles vieram para o casamento, ficaram hospedados na minha casa, que era a casa do pai e da mãe, só que meu pai e minha mãe estavam no Rio. Mas o apartamento era do meu pai e da minha mãe. E eu fui à festa de casamento. Na festa de casamento, comecei a falar com um contador dessa empresa, e naquela época... Era um negócio de IPI, e eu fiz um comentário e ele falou: “Mas é exatamente isso”, e acabou ficando meu cliente. Bom, os caras lá, no tal IPM, queriam saber como é que eu era advogado daquela empresa. Eu contei essa história. Meu pai não tinha nada que ver com isso, a não ser o fato de ele ser amigo dos pais do noivo. Foi um horror! Eles foram buscar esse senhor para confirmar essa história e eu fiquei preso lá, fiquei detido lá, acho que 12 horas, ou coisa como tal, respondendo sob luz de holofote na minha cara e sendo interrogado por dois representantes da OAB de São Paulo: Ulysses Fagundes Filho e Aluysio Simões de Campos. Risquem esses nomes. Esqueçam. Depois eu tive uma reação terrível, um dia, anos depois... Bom, e aí, no fim de tudo, eu me lembro como se fosse hoje... “O senhor pode ir embora”. “O senhor pode ir embora, não. Eu não vou daqui sem ver meu pai.” Entrei, levaram, meu pai estava num quarto, num quarto de oficial, já era madrugada, meu pai levantou, disse: “Meu filho, o que você está fazendo aqui? Você tem que estar ao lado de sua mãe, para dizer a ela que eu sou um homem de bem, que eu não devo nada a eles”. E, de fato, alguns dias depois, levaram meu pai... Queriam levar meu pai de volta até em casa para pedir desculpa. E existe o despacho do então ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, que eu posso dar depois, se quiserem, o número do processo até, em que ele diz: “Nos autos do IPM a que respondeu o agente fiscal do Imposto de Consumo Werner Grau, nenhuma das irregularidades que lhe foram imputadas se comprovou”, vírgula, “o que já não ocorre com seus denunciante”. É um negócio... E meu pai não foi incomodado mais, depois. Bom, mas depois eu fui preso, acho que foi em 1972, no DOI-Codi, mas porque eu abriguei gente, protegi gente. E aí estive no DOI-Codi. Ponto.

F.F. – O senhor não gostaria de falar sobre essa experiência?

E.G. – Não. Por que mexer nisso? Pulemos de tema. Esse aí é muito chato.

F.F. – O.k., ministro.

E.G. – Pulemos de tema.

F.F. – O.k. Uma pergunta que eu gostaria de lhe fazer, ainda sobre esse período que vai durar... Então, entendo que, durante muito tempo, o senhor será um advogado, professor e advogado, mais advogado consultivo do que contencioso, com atuação em algumas empresas públicas do estado de São Paulo...

E.G. – A Comepa e a Comasp, só.

F.F. – ...mas que também tem uma outra frente profissional, que eu imagino que talvez fosse a única que não lhe pagasse, que era a advocacia contra o regime.

E.G. – Sim.

F.F. – Eu pude perceber que o senhor... Essa advocacia consistia na impetração de mandados de segurança contra atos de censura, e [inaudível], também?

E.G. – Não, não. A parte penal, eu nunca entrei.

F.F. – E o senhor confirma que a sua atuação contra o regime não lhe remunerava?

E.G. – Não, não remunerava nada, porque era...

F.F. – O senhor sempre atuava *pro bono*.

E.G. – Sempre atuava *pro bono*, sim.

F.F. – Isso nunca foi colocado...? O senhor mencionou agora há pouco problemas políticos de assumir o cargo na empresa pública do governo de São Paulo. Toda a atuação com base numa consultoria em direito financeiro e em proximidade com o agente do governo não lhe colocaram em rota de colisão, por vezes, com o Partido Comunista?

E.G. – Não. Eu nunca fui... Eu sempre fui um colaborador do Partido. O Partido tinha uma série de categorias de integrantes. Nunca... O fato de você ter um trabalho tecnicamente em uma empresa estatal não tem nada a ver, vamos dizer assim, com qualquer opção ideológica. Se não fosse assim, você não sobreviveria no modo de produção capitalista, não é verdade?

F.F. – Então, ministro, o senhor fez menção...

E.G. – Para de me chamar de ministro. Chama de Eros.

F.F. – O.k., Eros, tudo bem.

E.G. – Ah! Eu tenho uma história ótima para contar. Conte.

F.F. – Eu não peguei exatamente, e acho interessante, o senhor nos fala de um período em que o senhor passava três semanas em São Paulo e uma em Brasília, que é justamente o período da Constituinte.

E.G. – É, foi o período da Constituinte.

F.F. – Quando é que ocorre isso? Por que o senhor toma essa decisão de ter uma atuação mais perene em Brasília?

E.G. – Porque eu era contratado do governo do estado de São Paulo. Porque eu, Ataliba, Celso Antônio e Adilson tínhamos um contrato com o governo do estado de São Paulo, em que nós não éramos remunerados, mas nós tínhamos a hospedagem no Hotel Nacional e tínhamos as passagens e nós ficávamos à disposição da bancada paulista no Congresso Constituinte. Qual era o elo de ligação? Era o Michel Temer, que era d'A Esquina.

F.F. – Que era d'A Esquina?

E.G. – Que era d'A Esquina. Quando eu mencionei o pessoal d'A Esquina, não sei se mencionei o Michel. O Michel era d'A Esquina.

F.F. – Acho que sim, mas, se não, fica registrado agora.

E.G. – Pois é. Então, não é que era uma opção; era o que eu... Naquela época, era o que eu fazia, era para ajudar no chamado Congresso Constituinte. A nossa função, de nós três, era de assessorar. E aí não tinha nada com esse ou aquele partido político. Aliás, essa foi a condição minha de aceitar. Eu disse: “Eu não vou dar assessoria para esse ou aquele outro partido; tem que ser para a bancada paulista”.

F.F. – E foi dessa maneira que o senhor se aproximou um pouco do direito constitucional, tendo que atuar no processo constituinte como assessor?

E.G. – Não. Eu já tinha... O advogado precisa... Como é que eu posso me circunscrever, em termos de atuação profissional? Eu não tinha atuação profissional nem no direito penal nem no direito do trabalho. Bom, também não tinha no campo do direito internacional. Todo o resto eu fazia. Eu já escrevi algumas vezes sobre isso, que não se interpreta o direito em tiras, aos pedaços. Isso é uma frase que eu tenho sempre repetido. Quer dizer, eu só posso trabalhar com o direito público se eu conhecer a Constituição. E com o direito privado, também, ou isso que se chama de direito privado, também, eu só posso trabalhar dentro e a partir da Constituição. Então, a minha ligação com o direito constitucional começa lá atrás. Se você pegar a... Quando eu faço uma tese de doutorado em que eu trabalho com região metropolitana, no fundo, é uma tese que não é de direito econômico; é uma tese de direito constitucional. Eu estou envolvido, vamos dizer assim, desde essa época. Eu estou procurando aqui, enquanto a gente vai falando, eu estou procurando uma coisinha para contar aqui. Mas diga.

F.F. – Eu fiquei... Durante quanto tempo o senhor ficou três semanas em São Paulo e uma em Brasília? Isso durou muito, na sua vida?

E.G. – Isso, eu acho que foi quase um... Se não foi um ano, foram dez meses. Por todo o processo constituinte. Ocasão em que eu tinha muito contato com esse povo todo: com o ministro Severo Gomes, que era um homem complicado... Porque o Severo, lá atrás, o Severo apoiou o golpe e tudo mais, e a impressão que eu fiquei e que eu tinha sempre é que o Severo

queria, de certa forma, purgar os pecados dele no tempo em que ele foi a favor da ditadura, aí ele se aproximou da esquerda. E o negócio da Política Nacional de Informática foi bem isso. Porque ele apoiou com um grande afinco.

F.F. – Ministro, em São Paulo, nos anos 80, me perdoe fazer referência a isso, em São Paulo, nos anos 80, também tem outro... Não está acontecendo em Brasília, mas em São Paulo. Também têm outros fenômenos de natureza política chamando muito a atenção da esquerda, que é a emergência disso que se costuma chamar de novo sindicalismo. Aqui em São Paulo, na região da Grande São Paulo.

E.G. – Eu nunca fui ligado ao PT. É muito curioso... Depois nós vamos chegar ainda ao Supremo, mesmo, não é?

F.F. – É claro.

E.G. – Eu não tinha... A minha ligação... Nessa época, eu continuava a ter ligação com o pessoal que eu conhecia d'A Esquina, digamos assim, e que foi caminhando, vamos dizer... vamos identificar, no sentido do tucanato. Tem uma coisa muito curiosa. Eu fui eleito há dois anos para a Academia Paulista de Letras. Então, a minha posse na academia foi uma coisa extremamente significativa, porque depois um cara chegou para mim e falou: “Você surpreendeu a gente”. Eu falei: “Por quê?”. “Porque só tem tucano na sua posse.” Eu fiquei pensando: “É lógico que só tem tucano na minha posse. Porque, realmente, a minha ligação sempre foi com...”. Quem é que estava na minha posse na Academia Paulista de Letras? O José Serra, o Alberto Goldman, o Almino Afonso, que são as pessoas próximas a mim. Eu falei que a gente se encontra no jantar d'A Esquina, que, agora, há duas vezes por ano. Outro dia... Outro dia [não]. Ano passado, no jantar d'A Esquina, um cara que estava lá na ponta me falou alguma coisa assim: “Eros, quem te indicou para o Supremo foi o Lula?”. Eu falei: “Não. Quem me indicou para o Supremo Tribunal Federal foi o presidente da República. Eu acho que era o Lula”. Então, isto é uma coisa... Eu acho que, de certa forma, deve marcar cada ministro. Quem foi que indicou, para membro do Supremo Tribunal Federal, o Victor Nunes Leal? Quem indicou o Candido Motta Filho? Foi o presidente da República. Se eu, ministro, não for capaz

de entender assim, eu estou sendo infiel à indicação. E é isso que complica as coisas. Procede?
[riso]

F.F. – Eu entendo. Eu entendo. De maneira, então... Bom, dito isto, fica muito claro que o senhor não pleiteou.

E.G. – Não! Mas de jeito nenhum! Quer chegar lá na minha...?

F.F. – Não fez a... Podemos... Pode ser daqui a pouco. Não precisa ser agora. É porque o senhor tocou no assunto e aí é um assunto...

E.G. – Não, não. Mas a história é a seguinte... Qual é a minha história no Supremo? A minha história no Supremo é a seguinte: Nelson, ministro da Justiça; um dia, eu, advogado, vou a Brasília... Não. Vou começar de antes, está [bem]?

F.F. – Claro!

E.G. – Vou começar de antes. Em agosto de 1988, um sujeito chamado Henrique Calandra, desembargador, diz que quer falar comigo. Ligou para mim: “Doutor, eu precisava falar com o senhor. É uma questão aqui do tribunal”. Eu cheguei em casa e falei: “Tania...”. Tania...

F.F. – Tania é sua esposa.

E.G. – Minha mulher. “Tania, eu devo ter feito alguma. Esse cara disse que quer falar... que vem em casa para falar comigo, se eu podia recebê-lo em casa.” Aí ele vem e me convida... Diz o seguinte: “Essa é a última vez que o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo vai indicar a lista tríplice para a nomeação para o Tribunal de Alçada. E quem ele indica em primeiro lugar é sempre quem vai ser nomeado, e nós queremos... ele quer... está pensando em indicar o senhor”. Inteiramente inesperado. Eu falei: “Eu preciso falar com a minha mulher. Amanhã eu falo com o senhor”. Aí perguntei à minha mulher: “Estão me convidando para ser desembargador no Tribunal de Alçada”. Ela disse assim: “O que é que muda?”. Eu falei: “Muda o seguinte, se eu morrer hoje, você vai ter uma pensão de mil e cem reais; se eu morrer depois,

desembargador, você vai ficar com 20 paus”. Ela disse assim: “Mas você vai poder falar tudo que você fala e escrever tudo que você escreve?”. Eu falei: “Não”. Ela falou: “Então eu prefiro ficar com mil e cem reais”. E no dia seguinte eu procurei o Calandra e disse: “Olha, doutor, eu fico muito sensibilizado...”. Foi a primeira relação com o Poder Judiciário. Bom, depois disso...

F.F. – Então o senhor recusou o convite?

E.G. – Recusei, disse que não, que “eu quero continuar sendo advogado”.

F.F. – E a razão foi manter a sua independência?

E.G. – Exatamente. Aí, quando o Nelson era ministro da Justiça, eu tinha que ir ao Rio ver alguma coisa e fiz coincidir, “não vou amanhã, vou depois de amanhã”, porque tinha, na casa do Madeira, Luiz Carlos Madeira, o Crioulo, como é o apelido, gaúcho, tinha um jantar lá em homenagem ao Brossard. Aí eu fui... Estou contando essa história autorizado pelo Jobim e pelo professor Fernando Henrique.

F.F. – [Fernando Henrique] Cardoso, o ex-presidente?

E.G. – Sim. Eu me hospedei na casa do Nelson. A Adriene estava viajando, eu me hospedei lá. E quando nós saímos para ir à casa do Madeira – na verdade, a casa da mulher do Madeira...

F.F. – Perdão, Eros, quem estava viajando?

E.G. – A mulher do Jobim.

F.F. – Ah, sim. Perdão.

E.G. – Quando ela viajava – ela estava nos Estados Unidos –, eu ficava na casa do Jobim. Aí o Jobim dispensou a *entourage* lá e ele foi guiando, para poder conversar. Ele disse: “Olha, o Rezek está se aposentando, vai sair, e o Fernando pensou em me convidar”, ele, Jobim, “para ser ministro do Supremo. Eu não sei se aceito, mas já falei com o Fernando e, se eu não aceitar,

ele vai te indicar”, a mim, [aponta para si mesmo] “para ser ministro do Supremo”. “Muito bem. Está bom.”

F.F. – Deixa só eu fazer uma pergunta muito precisa: foi a primeira vez que o senhor se viu indicado ou na possibilidade de se tornar ministro do Supremo?

E.G. – Exatamente. Foi a primeira vez.

F.F. – E o que o senhor sentiu, durante essa conversa, quando se tornou uma possibilidade, a indicação se tornou uma possibilidade para o senhor?

E.G. – Olha... Bom, é um negócio extremamente... de uma imensa responsabilidade. “Vamos pensar nisso.” Mas não era uma coisa iminente. Eu esperei para... Não telefonei para a minha mulher, embora tivesse muita vontade de ligar para ela. Você tem primeiro um primeiro impulso de “que legal, vou contar para o meu pai”, mas depois... Uma das coisas que eu aprendi também com meu pai é não contar com o ovo dentro da galinha.

F.F. – Seu pai era vivo nessa época?

E.G. – Meu pai era vivo nessa época, sim. Em 1988, meu pai era vivo, sim. Bom, aí não aconteceu nada. Aí aconteceu uma coisa muito curiosa, porque embora eu tivesse essa ligação com esse grupo, o Fernando Henrique... Houve um negócio chamado privatização da Vale do Rio Doce. E, naquele momento, eu entrei em um movimento aí...

F.F. – Eros, deixa só eu pedir um pequeno parêntese: então, nessa conversa com o ministro Nelson Jobim, você teria dito que, se fosse nomeado, se fosse cogitado pelo presidente Fernando Henrique, o senhor não aceitaria, naquele momento?

E.G. – Não. Eu falei que aceitaria.

F.F. – Falou que aceitaria?

E.G. – Sim, naquele momento. Mas que, naturalmente, precisava pensar.

F.F. – Sim.

E.G. – Bom, o que aconteceu depois foi que o Nelson aceitou e foi ele.

F.F. – Ah! O.k. Então, o ministro Nelson Jobim... Entendi.

E.G. – O Jobim aceitou e foi ele, e aí... Bom, se você me perguntasse: “E depois?”. Eu diria: e depois, é possível até que eu fosse cogitado, mas em seguida veio o negócio da privatização da Vale do Rio Doce e, aqui em São Paulo, um grupo de advogados professores... Além do Paulo Bonavides, no Ceará. Mas, basicamente, Dalmo Dallari, Celso Antônio e Fábio Comparato, começaram um movimento para fazer uma ação popular contra a privatização. E eu entrei nessa. Eu hoje acho que isso foi um erro, porque acho que a privatização desenvolvida no governo do Fernando Henrique teve um efeito muito importante, no sentido de dar um golpe quase mortal no coronelismo. Hoje eu acho. Mas o fato é que naquela ocasião eu entrei naquilo e fiquei, aparentemente, de relações cortadas com o professor, que deve ter ficado com raiva de mim, ou agastado, sei lá. Ou seja, aquilo estancou qualquer possibilidade de o Jobim voltar ao tema do Supremo. Perfeito?

F.F. – Só uma pequena pergunta: isso foi dito claramente ou é uma suposição sua?

E.G. – Não, não, isso nunca foi dito claramente. Mas que eles ficaram uma arara comigo, ficaram. É lógico. Você entra com uma ação e tem aquela onda toda que houve, é lógico que os caras ficaram irritados. Não precisava dizer. Bom, aí o que aconteceu? Tirou-se de... Ficou longe de qualquer perspectiva qualquer coisa por aí. Quando o Lula ganha a eleição... Em 2002, congresso da OAB em Salvador, um amigo meu chamado Márcio Thomaz Bastos diz que quer falar comigo, quer falar comigo no quarto dele. Eu falei: “Qual é a sua, Márcio?!”. [risos] Ele já era... estava nomeado já... já sabia que seria o ministro da Justiça. Aí me disse o seguinte, que ele queria falar comigo porque... que ele queria ser muito franco, que ia ser muito franco: que o Lula teria três vagas, três indicações, e que o Lula queria levar um professor de São Paulo, e que os nomes que tinham passado pela cabeça do Lula eram impraticáveis, porque

seriam o Dalmo, o Celso Antônio e o Fábio Comparato, e os três já tinham mais de 65 anos, e que então o meu nome aparecera. Um parêntese: eu era muito... eu era ligado a um parente meu, com quem eu me agastei posteriormente, um sujeito de triste memória, triste, muito triste memória para mim, e que me foi... cometeu uma deslealdade monumental, no curso da vida – depois, não quero falar nesse sujeito –, mas esse homem provavelmente deve ter dado conta do meu nome.

F.F. – E é alguém ligado à política?

E.G. – É alguém ligado à política. Eu não vou dizer o nome dele. É o atual governador do estado do Rio Grande do Sul, que foi meu primo. Mas, por uma questão de saúde bucal, eu não repito o nome dele. Foi ministro da Justiça e tudo. É a deslealdade em pessoa. Muito bem.

F.F. – Desculpe. Só para ficar claro o período em que as coisas aconteceram, essa deslealdade aconteceu antes ou depois dessa conversa...?

E.G. – Depois. Essa deslealdade aconteceu há questão de... quando eu estava no fim do meu...

F.F. – [Aconteceu no fim] do mandato no Supremo?

E.G. – É. É uma deslealdade que aconteceu por conta do que eu votei... quando eu fui relator no processo da anistia. Mas eu... A gente quer sempre esquecer as coisas ruins da vida, não é?

F.F. – Mas só para entender que na época que o senhor teve essa conversa, os senhores tinham uma boa relação.

E.G. – Na época, tinha uma boa relação. Bom, nessa ocasião, eu falei para o Márcio que eu não tinha condições. Eu não tinha condições por quê? Porque eu tinha um escritório e, embora eu desse parecer, tinha um bando de gente trabalhando em torno de mim e eu não podia largar essa gente de um momento para o outro. Então, o Márcio disse: “Bom, então, vamos fazer o seguinte, então, fica para o ano que vem”. “Bom, tudo bem. Ano que vem, se quiser voltar ao assunto, voltamos ao assunto.” Aí o presidente da República nomeou o Peluso, daqui de São

Paulo; o Joaquim; e o Carlos Britto. E esse sujeito que era meu primo levou o meu nome para ele e eu acabei sendo membro daquele Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um negócio não remunerado. É um oba-oba. Nem sei se existe isso ainda. Sabe o que é esse...? Era um...

F.F. – Nós temos aqui no nosso levantamento, mas...

T.A. – Para aconselhar o presidente, não é? Um Conselho...

E.G. – É um colegiado.

F.F. – [Inaudível] sociedade civil...

E.G. – É um negócio desses. E que tinha lá uma porção de representantes de todos os setores. Bom, aí, no ano seguinte, na Semana Santa, no ano seguinte, o Márcio me ligou e disse: “Olha, tem a vaga, pá-pá-pá, e já está escolhido”. Eu falei para a minha mulher e ela... “Está bom, então.” Eu já tinha uma ideia, o Márcio já tinha me falado mais de uma vez, quer dizer, eu já estava mais ou menos preparado. Então eu fui para o Supremo. Fui nomeado para o Supremo.

T.A. – Era a terceira vez que o senhor era cogitado.

E.G. – Sim. Não era uma questão de cogitação. A primeira vez foi uma indicação do Jobim de que eu seria convidado, se ele não aceitasse; a segunda vez foi um princípio de convite; e a terceira vez foi um convite. O que é que eu acho? Eu acho que quem faz campanha para ir para o Supremo perde a credibilidade de si próprio, porque ele, a partir desse momento, ele já não é independente. Eu acho que fez campanha... Se fosse eu o presidente da República, eu diria: “Fez campanha, está riscado”. Eu digo sempre o seguinte... Eu não conheço o Rio de Janeiro para poder fazer esse tipo de consideração, mas aqui em São Paulo, que eu conheço, eu diria... se eu fosse presidente da República – e vou dizer isso porque um morreu e o outro tem mais de 70 anos, tem quase 80 –, eu teria levado, para ser ministro do Supremo, um sujeito chamado José Ignacio Botelho de Mesquita, que vocês nunca ouviram falar nele, mas que seguramente

é o maior processualista brasileiro, ou então um sujeito chamado Antônio Sérgio de Moraes Pitombo.

F.F. – Pitombo?

E.G. – Pitombo. Pai de um advogado aí. Sérgio... Não, Antônio Sérgio, eu acho que é o filho. Sérgio Marcos [Moraes Pitombo]. Confirmam esse nome depois. Que eram duas figuras espetaculares, conhecem... Agora... E não tinham chamado um notório.

T.A. – Professores da São Francisco.

E.G. – Os dois, professores da São Francisco.

T.A. – Um de processo penal... O Pitombo é penal.

E.G. – É, o Pitombo. Aquele era o homem para ser: independente, sereno, sem nenhuma possibilidade de ser sensibilizado... tá entendendo?.. sensibilizado por qualquer tipo de fascínio. O José Ignácio, também. Então, eu acho que é inteiramente inconcebível. O sujeito perde completamente as condições de ser um juiz, um homem do Supremo, no momento que ele pleiteie qualquer... faça campanha. O que é isso?! Isso é um despropósito! Então, eu posso dizer de boca cheia: nunca fiz campanha. Nunca. E, se fizesse, eu não me sentiria digno de participar daquele tribunal. Aliás, eu participei de um tribunal que não é esse que está aí. Eu participei de um outro. Eu fui membro do tribunal do qual foram ministros: Evandro Lins e Silva; Victor Nunes Leal; Hahnemann Guimarães; Candido Motta Filho; Pedro Lessa. É outro, diferente desse. Esse aí é uma contrafação daquele tribunal.

F.F. – Contrafação no sentido francês, *contrefaçon*?

E.G. – Contrafação no sentido da Lei da Propriedade Industrial, mesmo: uma falsificação daquele.

F.F. – Deixa eu lhe perguntar... Porque acho que chegamos num tema que é muito caríssimo para nós, porque já são, realmente, opiniões sobre o Supremo de hoje e o Supremo que o senhor vivenciou, o Supremo de outros tempos...

F.F. – Vamos. Estamos gravando? Então, Eros, nós estávamos falando sobre... Já conversamos bastante sobre o seu convite, a aceitação. Então, você nos dizia que... que eu me lembro, algumas solicitações ou tentações a qual pode ceder alguém, quando você diferenciava o sujeito que é convidado do sujeito que faz campanha, e que o senhor teria algumas indicações, se fosse o senhor o presidente da República. O senhor teria duas indicações. O senhor nos disse quem eram e, ao falar das virtudes deles, teria dito que, na sua opinião, seriam duas pessoas que não cederiam a... Eu não lembro a palavra que você usou. Eu acho que foram tentações, ou...

E.G. – Não.

F.F. – Mas quais seriam, na sua opinião...?

E.G. – Não, eu não falei em ceder.

F.F. – Solicitações?

E.G. – Você está fazendo o pesquisador repórter. [*risos*] Não, eu não disse que cederiam, esses dois...

F.F. – Que não cederiam, esses dois.

E.G. – Veja bem, não é que eles não cederiam. Diante de qualquer situação, nós somos condicionados pelas nossas pré-compreensões, digamos assim, não é verdade? Eu diria que o sujeito que vai para o Supremo pedindo para ir, ele chega com débitos. Não vou dizer que necessariamente sejam débitos de prestar favor em troca, ou pagar favor, mas ele chega condicionado, nas suas pré-compreensões, por essa solicitação que ele fez, qualquer tipo de solicitação que seja. Ele não tem... Não é independência; é muito mais do que independência.

Ele não tem autonomia, e não é de vontade, ele não tem autonomia de compreensão. Está compreendendo o que eu quero dizer? Então, quando eu penso no tribunal do Pedro Lessa, do Candido Motta... Está certo, o Pedro Lessa tinha lá seus problemas, ficava se refrescando com um lenço... com um lenço não, com um leque etc., mas era um outro tribunal, era um tribunal em que não se podia dizer que fulano foi lá porque pediu. Tinha independência absoluta. Acho que você está entendendo bem o que eu quero dizer.

F.F. – Perfeitamente.

E.G. – Isso não quer dizer que o sujeito fique devendo algo a alguém. Mas não é que ele fique devendo. Se ele admitir que ele deve, já é comprometedor para a sua pré-compreensão.

T.A. – Professor, logo antes da indicação ou logo depois da sua indicação, o senhor teve algum encontro com o presidente da República para discutir alguma coisa? Ou não, nunca o senhor...? Logo antes ou logo depois da indicação, uma reunião com o presidente.

E.G. – Eu fui chamado a Brasília... Bom, o Márcio me telefonou na Semana Santa – era Quinta-Feira Santa – e aí me pediu que ficasse... que guardasse reserva porque eu seria chamado pelo presidente da República para que ele formulasse o convite e fizesse a indicação. Aí aconteceu um negócio notável. Eu estava em São Paulo e telefonou para mim uma pessoa do Poder Judiciário que queria conversar comigo, queria vir ao escritório conversar comigo, e eu falei: “Não, absolutamente. Eu vou ao seu gabinete”. Aí fui ao gabinete dessa pessoa às seis horas da tarde e essa pessoa começou a falar de generalidades e eu comecei a pensar: “Bom, o que eu devo ter feito para ser chamado por um membro do Poder Judiciário?”. Quando deu uma hora de conversa, essa pessoa disse que queria me fazer uma confidência, que essa pessoa era *candidata* ao Supremo e se eu poderia falar com o ministro da Justiça a respeito disso. Bom, aí eu fui tomado de uma surpresa... É evidente. Tive vontade de dizer para ela: “Azarou-se! Azarou-se! Quem vai sou eu!” [riso] Mas falei: “Com grande prazer!”. Aí liguei para o Márcio e falei: “Márcio, eu estou te ligando para... me pediram para...”. Então, foi uma cena... Imagine o surrealismo dessa cena dessa *candidata* [ênfase no “A”]. Fui claro? Fui claro? Bom, aí eu vim para São Paulo e, um belo dia, o Márcio me ligou, se eu podia ir a Brasília, e eu fui a Brasília. No gabinete do presidente da República. E lá fui. Ele me levou para falar com o

presidente da República, e o presidente da República me conhecia, de São Paulo e do tal Conselho de Desenvolvimento Econômico, e é um homem bastante, vamos dizer assim, descontraído, e ele virou para mim e disse: “Eros, você já morou em Brasília?”. Eu falei: “Não, presidente”. Ele falou: “Pois agora vai morar. Eu estou lhe indicando”, e aí assinou lá a indicação, que era justamente... Foi assim que eu fui convidado. Levou mais ou menos algo como... com as fotos, depois, algo como uns três a quatro minutos. Aí, depois disso, me disseram que é de praxe que eu fizesse uma visita ao Senado. Então eu...

F.F. – O senhor se lembra quem que lhe disse isso?

E.G. – Acho que foi o Márcio. Não me lembro se foi o próprio Márcio. Pode ter sido o próprio Márcio, ou o Jobim, não sei, que é muito meu amigo. O Jobim é meu amigo de... E aí eu fui e fiz uma visita ao Sarney; ao Agripino...

T.A. – Antes de tomar posse?

E.G. – Antes de ser sabatinado. Fiz uma visita ao Sarney; ao João Agripino... [José] Agripino Maia, o pai.

F.F. – O senador [José] Agripino Maia?

E.G. – É, o senador. E a mais alguém, que eu não me lembro quem.

F.F. – Mas, também, um outro senador?

E.G. – Um outro senador, que era de um... Porque a praxe era essa. Depois fui para... Ah! O Edison Lobão, que era da Comissão de Constituição e Justiça.

F.F. – E a que título lhe aconselharam a procurar os senadores?

E.G. – Uma visita de cortesia, porque eu seria... Para marcar... ver quando é que iam marcar a sabatina. Depois voltei, no dia da sabatina.

F.F. – Nessas visitas a esses senadores, se conversou sobre a sabatina?

E.G. – Não. Eu me lembro que eu conversei com o Sarney sobre literatura, que, aliás, é uma grande figura e que eu já conhecia e, depois disso, estive com ele mais de uma vez. Conversei sobre literatura maranhense, sobre um autor que eu vou me lembrar já, já, que é muito pouco conhecido. E depois eu voltei, no dia da sabatina. E aí tive uma das grandes surpresas e decepções da minha vida: decepção porque ele era o tipo do sujeito que eu não deveria gostar dele e eu fiquei encantado com a gentileza dele e surpreso com a delicadeza e gentileza desse sujeito.

F.F. – E se trata de...?

E.G. – Antonio Carlos Magalhães. Foi um *gentleman*. Bom, por isso... Mas foi extremamente delicado. É lógico, o sujeito chega lá para ser sabatinado com algumas preocupações.

F.F. – Quais eram as tuas?

E.G. – As minhas... qualquer situação. Você chega e você é alvo dos caras que vão te fazer pergunta: “Que tipo de pergunta vem?”. Pode vir qualquer tipo de pergunta. Quem fez a minha... Quem foi o relator, e foi muito generoso, foi o Pedro Simon, que é lá da minha terra. Ele fez um belo de um... Na minha sabatina não houve nenhum momento de... vamos dizer assim, nenhuma pergunta delicada. Foi uma coisa que fluiu normalmente.

T.A. – Era o que o senhor esperava, na sabatina? Teve as perguntas que o senhor imaginava?

E.G. – Eu acho que sim. Eu não sei... Não havia tensão, naquele momento. As relações entre Senado, Executivo e Judiciário eram muito mais adequadas ao princípio republicano do que as de hoje. Quer dizer, hoje... Porque a violência não é apenas violência no sentido de torturar fisicamente, mas é, também, violência no sentido de atropelar as instituições. Anteontem eu vi um negócio simplesmente lamentável, essa coisa da medida dos portos aí. Jogou-se tudo para

cima. Isso é uma violência que talvez não tenha a mesma repercussão da violência física porque a Constituição e os regimentos não sentem dor, mas é quase o mesmo tipo de violência.

B.G. – No último dia, às seis horas da tarde...

E.G. – Então é de uma violência absoluta, é atropelar tudo. Portanto, sei lá... Quem tem estômago para violentar quem não sente dor talvez tenha para violentar também quem sente dor. Não publiquem isso. [risos] Mas que é isso, é isso.

T.A. – Professor, deixa eu fazer ainda uma outra pergunta em relação à indicação do senhor. Dentro do Largo de São Francisco, dentro da Faculdade de Direito da USP, como é que repercutiu a sua indicação, a sua posse etc.? Com os seus pares, com os outros professores, isso teve...? Mudou um pouco como os outros professores viam o senhor? Ou isso foi... não mudou nada?

E.G. – Eu acho que... É muito engraçado. Houve lá uma espécie de despedida, ou até breve... Bem, era despedida, porque eu deveria ficar até os 70 anos. Ali na escadaria lá da faculdade, houve um discurso do Fábio Comparato, que era muito meu amigo até eu ter votado pela anistia. A partir daí, ele... eu nem sabia, ele rompeu comigo. Eu só fiquei sabendo que ele tinha rompido mesmo quando, há questão de uns meses, eu o vi no supermercado e falei: “Oi, Fábio”, estendi a mão para ele e ele me deixou com a mão estendida no ar. Naturalmente, por causa do sentimento cristão que ele tem. Fez um discurso augurando o sucesso, aquela história toda. Mas... Estou começando a falar, hem? [risos] Mas... Eu acho que imaginavam que ia um cara de esquerda para o Supremo, e tiveram uma surpresa terrível, porque... Eu não sei se há mais alguém de esquerda lá, hoje. O Carlos Britto seguramente não é; o Joaquim não é; o Peluso não é. O Peluso é um homem esclarecido, mas não é um esquerdista. De repente, quem era o sujeito que tinha compromissos políticos à esquerda era eu, e eu chego lá e me transformo... me transformo não, demonstro que eu sou um positivista. Porque eu sei que o direito está aí para assegurar a ordem e segurança, e esse negócio de decidir com base em princípios e valores não tem nada a ver com a função de juiz. Não tem absolutamente nada a ver com a função de juiz. Então, acho que foi uma surpresa danada, porque acaba indo para o Supremo um juiz positivista, e eles imaginavam que fosse para lá um bravo desvairado que fosse atuar por conta

dos seus próprios valores. Eu dei uma aula... Os alunos do Largo de São Francisco me convidam sempre para ir dar aula no começo...

F.F. – A aula inaugural.

E.G. – Não a aula inaugural da faculdade; a aula inaugural dos calouros. E a última aula que eu dei foi... o título era: *Faculdade de Direito ou Faculdade de Justiça?* “Vocês vieram para cá para estudar direito.” Justiça, como dizia o Kelsen, é algo transcendental. Quer dizer, o Supremo Tribunal Federal não está lá para produzir justiça. A justiça é com o padre, com o rabino. Ali é para garantir a fluência da circulação mercantil. O direito do modo de produção capitalista, que é o modo de produção social dominante, quer segurança e certeza jurídicas, e nada mais. O juiz não deve fazer nada além disso.

T.A. – Professor...

E.G. – Isso eu não tinha ensaiado. [risos]

T.A. – O senhor disse aqui na entrevista que, quando o PT assumiu o poder, os nomes mais... os primeiros nomes que estariam na cabeça do presidente da República seriam o Dalmo, o Comparato e o Celso Antônio.

E.G. – Isso.

T.A. – Mas, como eles já tinham uma idade avançada, logo na sequência viria o senhor. O senhor acha que juristas como esses e talvez outros, quando o senhor foi indicado, esperavam uma atuação mais politizada do senhor, como se o senhor fosse um braço petista no STF? Ou não?

E.G. – Não sei se... Se esperaram isso...

T.A. – Porque... Desculpe atrapalhar. Porque o senhor... Na faculdade, eu tive aula... como eu disse, tive aula com o senhor, e os alunos tinham muito essa visão que o senhor era uma pessoa de esquerda.

E.G. – Mas não do PT.

T.A. – Não. Tudo bem. Como é que o senhor acha que talvez esses juristas ou outras pessoas viram, quando o senhor foi indicado? Se tinha uma expectativa que o senhor tivesse uma determinada atuação.

E.G. – Olha, eu acho que quem me conhecesse não podia ter essa expectativa, por causa da minha independência. É lógico que o fato de... vou aceitar, de ser um homem de esquerda determina a minha pré-compreensão, mas isso não quer dizer de modo nenhum que eu pudesse atuar para beneficiar esse ou aquele segmento. Uma das primeiras coisas que... É engraçado. Uma das primeiras decisões que eu tomei lá, mas uma das primeiras, era um negócio em que tinha um cara do PT, que eu não sei quem é, que queria processar... eu não me lembro o que era, [queria processar] o Tasso Jereissati. E aí eu mandei arquivar. Por que que isso eu tenho na cabeça? Porque depois o Jobim falou: “Que legal! Você está revertendo expectativas em torno de você”. O Tasso Jereissati é do Ceará, nem sei de que partido é, se é do PMDB ou do PSDB. Isso não existia para mim. Eu tive um pequeno... Olha, teve um pequeno momento... Eu vou contar isso porque foi tão divertido... Porque um dia um sujeito, que é um homem muito correto daqui de São Paulo, ele foi ao meu gabinete com um advogado e foi levar um memorial para alguma coisa. Um sujeito daqui de São Paulo que é um médico, deputado, hoje vereador: Jamil Haddad. Boa figura. E aí falaram lá, e depois eu falei com o Jamil... quando ele estava saindo, eu falei: “Jamil, espera um momentinho só”. Aí botei um... um negocinho desses que se põe no computador...

T.A. – *Pen drive*.

E.G. – [Botei] um *pen drive* no computador, tinha uma música. Ele falou: “O que é?”. Eu falei: “Ouve. Mas fica de pé”. E era *A Internacional*. Eu disse: “É a primeira vez que você ouviu tocar, dentro de um gabinete do Supremo Tribunal Federal, *A Internacional*”. Mas isso foi uma

piada. Quer dizer, eu era perfeitamente... eu sou perfeitamente capaz de fazer uma piada como essa, mas isso não tem nada que ver com o outro, com o juiz. Tem um autor que eu acho que vocês deviam conhecer, que diz que um dia... vou pescar de manhã, ler à tarde... o velho Marx. É lógico que eu ainda não estou vivendo aquele tempo, mas uma coisa é aquela função que eu estou exercendo lá, o que não impede que eu seja jardineiro em outra hora, leitor depois... Eu estou exercendo uma função lá. E aquela função que eu estou exercendo, no caso, é um ofício, porque eu vou ter que desempenhar aquilo, antes de tudo, com independência. Então, acho que de certa forma causou surpresa.

F.F. – E, sem dúvida, é a primeira vez que o senhor lidava com o ofício da magistratura.

E.G. – A primeira vez. Eu nunca tinha sido juiz.

F.F. – Diferente de colegas seus que lá estavam.

E.G. – Diferente de colegas meus que lá estavam. Era a primeira vez que eu lá estava. Um dos meus primeiros votos, uma... É muito engraçado, porque... Como a impressão que os outros têm das coisas, às vezes, é inteiramente errada. Na minha primeira ou segunda sessão, houve um... eu fiquei meio... num determinado momento, eu fiquei meio sem saber, e quem socorreu, quem me estendeu... não intelectualmente, nem vou dizer profissionalmente, mas no ofício, foi quem? O Joaquim, que é um sujeito que eu respeito, quero bem e que convidaria para sentar aqui conosco. Agora...

F.F. – Joaquim é o ministro Joaquim Barbosa?

E.G. – Joaquim Barbosa. Um grosso. Grosso. Ele é grosso. Agora, ele é leal. Se ele quiser dizer que você tem o cabelo... Vai ficar careca, hem?

F.F. – Bondade sua. Já estou.

E.G. – Ele te diz na cara. Ele até nem diz; ele grita. Mas ele faz isso na cara. Quer dizer, é um sujeito em quem você pode até confiar. E preparado intelectualmente.

F.F. – Eros, a imprensa chegou a noticiar, em determinado momento, uma...

E.G. – Um bate-boca violento. Ele estourou comigo. Quase houve agressão.

F.F. – Física, o senhor diz?

E.G. – Sim. Quase houve agressão. Mas é um cara leal. É um sujeito...

F.F. – Como o senhor descreveria esse episódio?

E.G. – Eu tinha chegado de viagem, chegou lá um *habeas corpus* e ele não gostou da decisão que eu dei. “Ah, você fica fora do país, não... Como é que você deu...?” Falou isso agressivamente. E eu também respondi agressivamente. Aí aqueles rapazes que trabalham ali, os capinhas, como chamam, vieram [todos] para o meu lado. Agora, ele fez isso pela frente, lealmente. Quer dizer, eu o convidaria para jantar em casa. [**Inaudível**] pergunte quem eu não convidaria.

F.F. – Chegaremos lá. [risos] Mas, Eros, um pouquinho antes, ainda, só para a gente poder concluir o momento do... o seu processo de entrada no Supremo, a partir do momento que ficou pública a sua nomeação... Porque quando tem sabatina já é público, já é um fato público e notório.

E.G. – É lógico, é lógico.

F.F. – Você foi assediado pela imprensa? Se lembra de algum assédio por parte da mídia?

E.G. – Não, não me lembro. Sinceramente, não me lembro.

F.F. – Gente querendo entrevista, tirando foto?

E.G. – Não, eu não me lembro. Juro que não me lembro. É engraçado, eu tinha uma capacidade de ignorar determinadas coisas espetacular. Eu nunca tomei consciência de que estava sendo televisionado, durante as sessões. Ou seja, eu nunca falei para a televisão, eu sempre falei para dentro do tribunal. Percebe a diferença?

F.F. – Sim.

E.G. – Percebe a diferença? É uma coisa engraçada. Porque, quando você fica do lado de cá, você vê mais de uma vez alguns ministros que dizem: “Mas...”. Aí... “Ministro, já está claro.” “Está claro para cá. Mas eu não estou falando só para cá.” Eu já ouvi isso mais de uma vez. São pessoas que não estão sendo... que não se limitam a estar tomando decisões ali, mas também querem aparecer para o público. Isso foi que...

F.F. – Aí nós estamos falando da TV Justiça?

E.G. – Da TV Justiça, sim. Eu acho que é um mal danado.

T.A. – Por quê?

E.G. – Porque banalizou o tribunal. Têm determinadas coisas... Tomar uma decisão é uma coisa muito séria. Quando eu tomo uma decisão, eu sei que eu vou influir na vida de uma pessoa, e isso é uma coisa dolorosa, terrível, é uma coisa de anjo, e como diz o Rilke, “todo anjo é terrível”. Quer dizer, eu agora há pouco pedi licença para fazer pipi, porque eu não faço pipi na frente de vocês, e vocês querem que eu tome uma decisão na frente de todos? Percebe a gravidade disso? Agora, a publicação... Mas o debate, isso não pode ser feito às escâncaras, porque ele, ao mesmo tempo, ele desnuda e ao mesmo tempo ele limita. Se eu estivesse numa reunião discutindo um determinado processo, eu poderia até fazer determinadas perguntas, para ser esclarecido, o que o sujeito acaba não fazendo por conta da televisão, para não dar a pinta de que ele não sabia. Isso é terrível.

T.A. – O senhor acha que fragiliza o tribunal?

E.G. – Eu não acho que fragilize o tribunal perante o público, mas fragiliza o tribunal em si próprio. Entendeu o que eu quero dizer? Fragiliza o tribunal em si próprio.

T.A. – Porque talvez o debate fique um pouco, digamos assim, viciado, já que as pessoas vão estar...?

E.G. – O debate passa a ser não um debate para esclarecer, mas um debate para aparecer.

F.F. – Vou voltar ao plenário em breve, mas por hora... Então, ministro, como é que foi sua recepção? Como é que o senhor diria que os seus colegas receberam o senhor no Supremo?

E.G. – Acho que muito bem.

F.F. – O senhor tem memória do primeiro dia de trabalho...

E.G. – Tenho.

F.F. – ...da cerimônia de posse? Como é que foi?

E.G. – No começo é tudo um pouco de oba-oba, aquele negócio. Minha mãe vivia; meu pai já não vivia; e eu estava com um problema exacerbado na minha perna – que eu tenho sempre, mas estava mais exacerbado. Eu tinha tido uma encrenca, uma discussão violenta, por alguma razão que eu não me lembro qual foi, sinceramente – agora há pouco, quando você começou a pergunta, eu me lembrei disso –, com o Gilmar. Eu estava brigado com o Gilmar. Quando o Jobim tomou posse, eu já estava indicado, ou nomeado, não sei, mas não tinha tomado posse, eu fui a Brasília, houve um jantar em homenagem ao Jobim e aí o Jobim passou a mão assim no Gilmar, “Amigo, falem os dois aí. Se harmonizem. Vão trabalhar juntos”, bem do Jobim, não é? O Gilmar foi sempre um cavalheiro comigo; o Marco Aurélio sempre foi um cavalheiro comigo... Bom, o Celso, eu conhecia...

F.F. – Então o ministro Jobim conseguiu reconciliar vocês dois?

E.G. – Ah, sim, sim, naquele momento ali. O Celso, eu conhecia; o Marco Aurélio, eu não conhecia, mas o Marco Aurélio é muito gentil; o Pertence... O Pertence é um símbolo, é um homem exemplar. São os que me lembro agora. O Peluso, que era um cara que eu conhecia daqui de São Paulo; o Joaquim, eu não conhecia; o Carlos Britto, eu conhecia, é muito amigo do... Eu examinei o Carlos Britto, no doutorado dele.

F.F. – Foi da banca de tese do ministro?

E.G. – É, eu fui da banca. Eu acho que ele nunca me perdoou por isso. Mas quem culpar?. [risos] E quem é que tinha mais, naquela época? O Carlos Mário, meu amigo, também. Carlos Mário; Gilmar; Britto; Joaquim; Peluso...

F.F. – A ministra Ellen.

E.G. – A ministra Ellen, que eu conhecia, também, por conta do Jobim, mas... A ministra Ellen é sempre uma elegância. É, era essa gente que me recebeu lá.

F.F. – E pelo que o senhor diz, recebeu bem.

E.G. – Bem, bem. Foi muito engraçado, porque eu tomei posse, participei de uma sessão, e já no dia seguinte era... A primeira sessão minha foi em 30 de junho, aí veio o recesso.

E.G. – Mas fui muito bem recebido. Eu não tive atritos. Nunca tive atrito com fulano, sicrano ou beltrano.

F.F. – Eros, então, começou o trabalho... Eu tenho muita curiosidade de como funciona... como é que você montou o seu e como funciona o gabinete de um ministro do Supremo.

E.G. – É complicado isso. Eu levei, de São Paulo, uma moça que era minha secretária em São Paulo, formada em direito, que trabalha comigo há anos.

F.F. – Até hoje?

E.G. – Que trabalha até hoje. Hoje, o meu escritório é: essa moça, que é secretária e administra lá o escritório, eu e um jovem advogado. Meu escritório tem 50 metros quadrados, para tudo. Eu, antes, estava num escritório que era grande, bem grande, e trabalhava muita gente. Quando eu estava próximo de me aposentar, Tania, minha mulher, disse que a única coisa que ela queria era que, no dia seguinte ao da aposentadoria, eu botasse um paletó e uma gravata, pegasse uma pastinha e tivesse um lugar para onde ir, não ficasse em casa, quer dizer, para que a vida continuasse normalmente. Então eu, quando me aposentei... Minha aposentadoria foi publicada... acho que em 2 de agosto. Eu tinha ido para a Europa, porque eu ia passar os 70 anos com os netos alemães, e quando eu voltei, já em setembro, no dia seguinte, o escritório já estava aí, já fui para o escritório. Mas você me perguntou outra coisa, eu é que...

F.F. – Como o senhor montou o seu gabinete.

E.G. – Ah! Eu levei essa moça e um sujeito, um advogado, um jovem advogado que trabalhava comigo e que era o meu assessor, vamos dizer assim... não o principal, mas era um...

F.F. – Chefe de gabinete.

E.G. – Não. A chefe de gabinete era essa moça. Ele era assessor. Tinham quatro assessores. Eu peguei três assessores que estavam já no gabinete do Maurício Corrêa. Naquela época, não tinha esse negócio... Quando eu cheguei, não tinha esse negócio de convocar juiz. Eu até queria convocar um juiz, um juiz lá de Santa Catarina, um cara que hoje é desembargador, é pinguim, Francisco de Oliveira Neto, um sujeito que eu respeito muito. Mas não podia. Como é que funciona? Os processos realmente importantes, novos, coisa nova e de repercussão, você não abre. Por exemplo, o meu voto sobre a anistia e o meu voto sobre progressão de regime foram coisas que nem os meus assessores conheciam. Agora, o chamado trivial ligeiro é coisa preparada dentro do gabinete. É para isso que estão lá os assessores. Aquele negócio que você decide dizendo “é a jurisprudência reiterada, tal caso assim, assim e assim”, isso tudo é feito dentro do gabinete – tem que ser feito –, pelos assessores, e você confere. Senão não haveria tempo suficiente para que você fizesse isso.

F.F. – Como é que o senhor distinguia os processos que o senhor deveria dar essa atenção, como o caso da anistia, que seus assessores sequer viram, você fez 100%, e aqueles que... Eventualmente, existam processos que o senhor só assinava, passava uma vista d'olhos?

E.G. – Processos que eram repetitivos, eu passava uma vista d'olhos... Mas isso vinha pelos assessores e pela chefia de gabinete.

F.F. – E a escolha desses mais... que o senhor ia dar...?

E.G. – Das duas, uma: ou eu mesmo sabia, já por notícia que chegava, ou na triagem que os assessores faziam, “olha, isso aqui é um caso novo; isso daqui é repetitivo”.

B.G. – E o senhor acha que essa função do STF de decidir quais os casos mais importantes, que realmente passam pelos ministros, devia ser uma coisa mais proeminente? Ou todos os casos têm que realmente chegar para o STF? Talvez, uma jurisprudência mais seletiva subindo para o tribunal?

E.G. – Isso é muito complicado. O que aconteceu foi o seguinte, é que o Supremo se transformou num tribunal de recursos e ele deixou de ser o que ele era. Agora, para ele ser efetivamente uma corte constitucional, o que precisava ser feito seria drástico. Drástico. O que é drástico? Eu vou dar um exemplo. Eu tenho um sujeito que é muito meu amigo, que vem na minha casa. E, de repente, eu descubro que esse cara é um patife. Então, morreu, não volta, não entra. Então, o que tinha que ser feito era o seguinte... Quer fazer uma reforma para valer? Quer criar uma corte constitucional? Muito bem. Os onze ministros estão em disponibilidade. Vão continuar a receber lá seus vencimentos, fazer as suas viagens... Foi o que eu fiz, segundo a *Folha*. Gastei três mil em passagem, durante o tempo todo que eu estive lá, enquanto que o Lewandowski gastou quarenta e sete. Bom... E aí cria uma corte constitucional. Mas não dá, não dá, para retransformar o Supremo numa corte constitucional. Ele passou a ser um tribunal de recursos. Agora, ao mesmo tempo em que você faz isso, é grave, porque cada vez que você não admite um recurso, você está coartando uma manifestação de busca de justiça, como se diz. Não é justiça, mas é de uma solução por um... de uma instância maior. Eu acho que um dia

vai ter que ser feita essa reforma. Mas aí tem que arquivar o passado; começar tudo de novo. Você é gaúcha?

B.G. – Gaúcha?

E.G. – É.

B.G. – Não. Paulista.

E.G. – Paulista? Então fala... Falou meio parecendo gaúcha.

B.G. – Não. Sou paulista. [risos]

F.F. – Eros, o impacto disso, desse caráter recursal do STF, no cotidiano de um gabinete do ministro é exclusivamente quantitativo?

E.G. – É quantitativo. Você tem que separar... Por exemplo, no meu gabinete, quando eu saí, tinham 1.400 processos só, porque eu consegui ir desovando, desovando, desovando.

F.F. – Como?

E.G. – Julgando, trabalhando 14 a 15 horas por dia. Era o que eu trabalhava, 14 a 15 horas por dia. Brasília é uma cidade inteiramente inóspita, portanto, eu não saía de casa. Porque em qualquer lugar... Você não é uma pessoa; você é uma função. Em qualquer lugar que você vai, mesmo que o advogado que está lá na outra mesa não venha falar nem te trazer o memorial, a presença dele é incômoda. Então, eu não saía de casa. Tinha minha roda... meus amigos, poucos...

F.F. – O senhor se alojava em um apartamento funcional?

E.G. – Não. Eu fui para um apartamento funcional que não era apartamento funcional, porque como o Collor vendeu aquilo tudo, depois, na verdade, o Supremo alugava uns apartamentos

que tinha lá. Me botaram num apartamento desses, que era uma coisa horrorosa. E Brasília é uma cidade maluca, porque, sei lá, você aluga um apartamento por três mil reais, mas, por três mil reais, se você quiser, você aluga uma casa com o dobro do tamanho daquele apartamento e com um jardim. Por que uma casa tem um valor muito menor? Por causa do problema de segurança. Todas as pessoas que vão para Brasília viajam no fim de semana, de volta, e deixar um apartamento fechado é muito mais seguro do que deixar uma casa fechada. Então, eu morava numa casa... Vamos chamar de casa funcional. Era uma casa alugada pelo tribunal. Acho que os valores não eram exatamente esses, mas eram próximos: acho que era três mil e trezentos, o tribunal pagava três mil e eu completava. Mas eu morava numa casa muito agradável, extremamente agradável. Mais agradável o gramado do que a casa.

F.F. – Onde ficava a casa que o senhor morava?

E.G. – Era no Lago Sul. Quando... Minha mulher ia muito pouco para lá, ficava em Tiradentes – hoje, com um HD, você viaja com as coisas que você vai trabalhar –, e eu, com alguma frequência, saía na quinta de Brasília, ia até Belo Horizonte e de Belo Horizonte... e chegava em Tiradentes meia-noite, onze e meia ou meia-noite, e voltava na segunda ou na terça cedo.

F.F. – Então, sua rotina era passar os finais de semana fora, de hábito?

E.G. – Em Tiradentes, onde eu tenho casa, você sabe.

F.F. – O senhor salientou várias vezes que... Bom, pelo que o senhor tem dito, parece que as duas principais qualidades do magistrado e em especial do ministro do Supremo são: independência e autonomia. O senhor, enquanto ministro do Supremo, recebeu alguma solicitação, foi solicitado por alguém de algum lugar? Algum pedido...? Evidentemente, pelo que o senhor está dizendo, que o senhor recusou, mas...

E.G. – O que é pedido?

F.F. – Alguma tentativa de influenciar o julgamento do senhor.

E.G. – Todo advogado, quando ele leva o memorial ou alguma coisa, ele tenta influenciar o teu julgamento, ele tenta determinar a decisão. Fora isso... E ele trabalha o quê? Ele trabalha com argumentos jurídicos, então, ele influencia ou não influencia. Sempre tem um que influencia [inaudível]. Agora, fora disso, eu nunca recebi uma cantada, uma peitada, uma tentativa de influenciar. Sabe por quê? Porque o sujeito, pelo modo de proceder, ele dá a entender se ele é acessível a isso ou não é. Eu acho que o meu jeito... eu acho que nunca permitiu esse tipo de *approach*. Mas eu não posso dizer que eu mesmo não tenha me influenciado. Uma vez, houve uma coisa notável. Eu cheguei de uma sessão cansado, mas cansado *pra* chuchu, e a minha chefe de gabinete disse: “Olha, tem um casal lá fora, são partes, querem falar com o senhor”. Eu... “Você está cansada de saber que eu não recebo parte; eu recebo advogado”. Ela disse: “O senhor não quer pelo menos ir lá, por uma questão até de delicadeza? É um casal, eles vieram...”. Não me lembro de onde, da Bahia ou... “Vá lá, professor.” Ela me chama até hoje de professor. “Professor, vá lá, dê uma atenção, por favor.” Era um casal de velhinhos – ele, com um terninho, bem humilde. Me contaram que um sobrinho trouxe de carro, eles não tinham onde dormir e dormiram no carro. E, na verdade, era um negócio que tinha chegado lá em cima... Eu não me lembro se era um recurso ordinário, se era um agravo ou qualquer coisa. Era um negócio que era óbvio, mas óbvio que eles tinham razão. Era a única coisa que eles tinham. Bom, aí eu acabei vendo aquilo, tratei os dois muito bem, entrei, chamei no gabinete a chefe de gabinete e os quatro assessores e falei: “Eu não vi esse processo ainda, estou acabando de ver. Agora, vocês têm 48 horas para encontrar uma solução justa para eles, por favor, porque se não encontrar, estão os quatro demitidos”. [riso] Bom, aí, no fim... Ou seja, eu acho que eles tinham... Naquele caso, eu tinha vontade de dar aquela decisão. Eu me lembro também de um outro caso em que tinha um sujeito que... Era uma história linda: o sujeito era cego e ele foi estudar direito para defender o pai. Eu tinha vontade de dar aquela decisão. Você entende o que eu quero dizer? Então, eu acho que nem isso o juiz deve. O juiz que tem vontade de dar decisões sempre, ele é mau juiz. Agora, ele também é um ser humano. Em casos como esse, em que ele fica sensibilizado, ele tem que... Isso pode acontecer. Agora, se acontecer mais de uma vez, aí ou ele se dá por impedido ou ele deixa de ser juiz. Eu acho que isso é muito importante. E de certa forma eu aprendi. Aprendi aos poucos. Teve um cara muito importante que nós não falamos dele, e por quem eu tenho grande admiração, que se foi e que foi muito importante para mim, porque eu aprendi muito com ele, um cara chamado Carlos Alberto Direito, uma grande figura. É pena que tenha ficado tão pouco tempo lá no tribunal. Agora, o tribunal é

agreste, quando a gente vai embora. Por exemplo, eu fiz um programa na Rádio Justiça chamado *Aprendendo direitinho*. Vocês conhecem esse programa?

F.F. – O programa do Vovô Grau?

E.G. – É. Em que tinha uma porção de mensagens. É uma lástima. Eu saí de lá, eles acabaram com a ideia. E aquilo era maravilhoso. Chegou a ouvir alguma vez o programa? Algum dos programas, chegou a ouvir inteiro? Ah! Era um troço muito... Estou falando porque não era eu sozinho que fazia aquilo. Seria cretinice, se eu estivesse falando, se fosse eu sozinho. Era uma equipe de gente. Sabe, aquilo não é um clube de amigos.

F.F. – O Supremo Tribunal.

E.G. – Não é. Um clube de amigos é um lugar em que, se alguém faz... se um dos amigos faz uma coisa legal, todo mundo festeja. Mas isso... Para ser assim, precisa ser um Jobim, um Pertence, um Peluso. Agora, se tu não é...

F.F. – Como foi a reação dos seus colegas ao *Pensando direitinho*?

E.G. – Ao *Aprendendo direitinho*?

F.F. – *Aprendendo direitinho*. Perdão.

E.G. – Eu nunca soube, porque nenhum deles jamais comentou comigo.

F.F. – O senhor supõe o quê?

E.G. – Eu acho que eles não viram, nunca. Nunca comentaram comigo. O Marco Aurélio fez uma brincadeira um dia e acho que o Gilmar, e só. Porque se tem uma coisa bacana e eu digo “Ah, que negócio bacana que você fez!”, eu estou dizendo que você é bacana. Senão eu fico quieto.

T.A. – Como é que era, professor, a relação...?

T.A. – Professor, mas eu estava perguntando a respeito da... como que é a relação social entre os ministros. O senhor já disse que não é muito um clube de amigos, mas vocês não saíam para jantar, para tomar café...?

F.F. – Tinha relação fora do tribunal?

T.A. – Isso, fora do Supremo.

E.G. – Minhas relações fora do Supremo. Bom, tira o Jobim e o Pertence, que já eram meus amigos antes, Jobim e Pertence, e o Gilmar, também, com alguma interrupção, mas depois, meu amigo. O Peluso, vou jantar na casa dele e vem jantar na minha casa; o Joaquim uma vez jantou na minha casa...

T.A. – Depois ou antes da briga?

E.G. – Antes da briga. O presidente Lula, o Márcio disse que ele gostaria de conversar, ter um encontro social, então, fez-se um jantar na minha casa e veio: o Márcio; o presidente Lula; o Britto; o Peluso não pôde vir; eu acho que o Jobim; e tinha mais alguém... e o Joaquim. Mas eu convidaria o Joaquim para jantar na minha casa. Depois, deixa eu ir lá para baixo. O Britto só foi essa vez. O Carlos Alberto Direito era uma flor de pessoa. E tinha boas relações com a Ellen, também. O Marco Aurélio não frequentava... Não, frequentava sim. Não me... Nos encontramos algumas vezes. Mas, com o resto, não. Nem com o Britto. O Britto já deu entrevista para vocês?

F.F. – Ainda não.

T.A. – Existia alguma divisão interna, um grupo A e um grupo B?

E.G. – Não. Não que eu tomasse... Variava de acordo... Quer dizer, nesse caso, eu vou... eu voto com vocês e você vota com ele lá; no outro caso, votam vocês três lá e nós três aqui; no outro, eu voto... Está compreendendo? Não existia um grupo fixo.

T.A. – Mas do ponto de vista social, um grupo... saíam sempre aqueles cinco?

E.G. – O Jobim, nós íamos muito... nos encontrávamos muito na casa do Madeira. Sabe quem é o Madeira? Luiz Carlos Lopes Madeira? Um grande sujeito. Mas... Olha, se você quiser, você pode botar assim: Peluso; de vez em quando, o Gilmar; o Jobim; eu; Carlos Alberto Direito, enquanto estava vivo. Esse era o núcleo. A Carmen Lúcia é complicada, no relacionamento. É ótima pessoa. O Toffoli veio depois. O Toffoli foi meu aluno na São Francisco. Foi contemporâneo teu.

T.A. – Não. Ele é mais velho.

E.G. – É? Quem é que eu me lembro, no Supremo? Bom, Peluso; Gilmar; Jobim; Pertence; Celso de Mello, quietão, do jeito dele; Carlos Alberto Direito. Será que eu estou esquecendo alguém por quem eu tenha afeição? Eu tenho muito respeito pela Ellen; pelo Marco Aurélio; evidentemente, pelo Joaquim... Estou percorrendo. Para por aí.

F.F. – Mas, então, do ponto de vista de formação de grupos para voto, isso era aleatório.

E.G. – Ah, era aleatório. Dependia... A mim, sempre dependeu da minha convicção. Imagino que para os outros também. Respondo por mim.

T.A. – Professor, nesse processo de votação, batia lá na porta do seu gabinete algum ministro, “Eros, como você vai votar aqui? Vamos discutir...”?

E.G. – Nunca. Nunca. Nunca. Jamais.

F.F. – Isso eu me lembro bem, há poucos minutos o senhor disse que... porque o senhor tinha um comportamento que deixava claro que o senhor estaria não propenso a esse tipo de solicitação.

E.G. – Inacessível.

F.F. – Eu fiquei curioso. O senhor teria como descrever esse comportamento? Como é que o senhor descreveria o comportamento de alguém que mostra claramente que está, vamos dizer assim, impermeável a solicitações?

E.G. – Eu sou um alemão. Minha origem é alemã. Não te mete comigo. Tu acha que eu preciso dizer mais alguma coisa? Não preciso? Isso é uma coisa visível, o olhar de “não se meta”. Você ousaria peitar o Jobim?

F.F. – Eu? Não. [risos]

E.G. – É isso.

F.F. – Você ousaria descrever um outro comportamento? Um comportamento; não uma pessoa. Como seria o comportamento de alguém que daria sinais de que está aberto a solicitações?

E.G. – Um sujeito que não tem certezas, um sujeito que é frágil, que não tem decisão, ou um sujeito... Você peitaria o Joaquim?

F.F. – Não.

T.A. – Mas, professor, o senhor acha que seria uma atitude equivocada, antiética, imoral, de alguma forma, se algum ministro fosse falar com outro ministro... “Como você vai decidir aqui? O que você está pensando?”

E.G. – Não, não seria. É possível até que em algum momento tenha surgido alguma troca de ideia, mas isso não era a regra. Eu não me lembro, assim, de coisas...

E.G. – Pode ser que, ocasionalmente, alguma coisa. Não me lembro, sinceramente.

F.F. – Eros, acho que eu posso me permitir fazer uma pergunta bastante provocativa.

E.G. – Pode.

F.F. – Acho que não terias problema de responder. Já testemunhaste ou ouviu falar de corrupção no Supremo Tribunal Federal?

E.G. – Nunca. Nunca. Jamais. Exatamente, eu acho que é por isso, porque como é uma... Jamais.

F.F. – Então, mudando um pouco radicalmente...

E.G. – Agora, vamos... Posso fazer eu uma pergunta?

F.F. – Claro.

E.G. – Não precisa me dizer quem é, mas houve algum sinal?

F.F. – Não que eu saiba.

E.G. – Não? Não mesmo?

F.F. – Mas eu nunca trabalhei lá, nunca fui nem assessor [**inaudível**].

E.G. – Mas vocês estão pesquisando, podiam eventualmente saber. Por que não?

F.F. – É verdade.

E.G. – Eu acho que não... Pelo menos agora, com essa gente que está aí. Ao que me conste, não. Sinceramente. Essa pergunta não é embaraçosa. Faz alguma embaraçosa, vai. [risos]

F.F. – Mudando radicalmente de assunto, eu gostaria de perguntar... No balanço da sua atuação como ministro do Supremo Tribunal Federal, qual é o momento que o senhor diria que foi o que mais marcou? Se tem um momento da sua atuação como ministro do Supremo que mais marcou, qual seria esse momento?

E.G. – Olha, eu acho que uma coisa importante foi a execução antecipada da pena. Um outro negócio muito importante foi, em turma, o negócio da *oculta compensatio*, da compensação oculta. Eu fui buscar em São Tomás de Aquino solução para um caso de uma mulher que o *habeas corpus*... E ela transportava maconha. Conhece o caso?

B.G. – Foi para o filho, não foi? Era uma mulher que transportava maconha, mas não era de tráfico; era para o filho.

E.G. – Não, não era tráfico. Ele era doente e tinha um filhinho e tudo. Ela levava, na penitenciária, para o homem dela. O que uma mulher faz para o seu homem já é uma coisa... Nesses termos. Entendam que eu estou botando nesses termos, o que uma mulher faz para o seu homem. Eu estou botando isso em termos de afetividade. E depois ela tinha... Aí eu fui para São Tomás de Aquino. Era um pequeno delito, aquilo. Como era um pequeno delito, também, um homem que... É incrível que isso tenha que chegar ao Supremo. Um pequeno furto. O cara que entrou num supermercado e roubou um litro de leite. Então, ele diz que quem rouba... É de São Tomás de Aquino. Ele diz que quem rouba... Isso aí... Esses pequenos furtos não são pecados; é a *oculta compensatio*. Acho que a anistia também foi um caso... Esse negócio da *oculta compensatio* ficou como o princípio da insignificância, porque foi reiterado várias vezes. Depois... Ah! Um... [riso] Agora vamos escandalizar: aborto dos anencéfalos. Eu não disse tudo lá. Eu poderia ter dito um pouco mais no voto. Mas eu tive vontade de dizer...

F.F. – O que faltou dizer?

E.G. – Faltou dizer, por exemplo, para os poetas, que fazem literatura, que eu proponho algo muito seguro para a mulher. No caso de aborto do anencéfalo, quando você sabe que é anencéfalo, eu proponho que se faça a coisa de um modo muito mais racional. Não põe em risco a vida da mulher, de modo nenhum. Um aborto é sempre algo que põe em risco a vida da mulher, não é? Então, deixa o anencéfalo nascer e mata. No primeiro suspiro, mata o anencéfalo, e aí você não põe a vida da mulher em risco. Choquei? Mas é exatamente isso. [risos] Choquei?

F.F. – Não. Mas por que o senhor...?

E.G. – Porque é exatamente a mesma coisa. Qual é a diferença que você tem entre assassinar ainda feto, com dois meses, ou assassinar bebê, com um minuto de vida?

B.G. – Peter Singer diria [inaudível].

E.G. – Não tem nenhuma diferença. Então, eu lutei e vou lutar com todas as minhas forças até o fim da vida contra qualquer tentativa de se justificar aborto.

F.F. – Por razões religiosas?

E.G. – Não! Porque eu sou um ser humano, e nada do que é humano me é estranho. E não é religiosa. Eu não sou religioso.

F.F. – É uma pergunta, mesmo. Porque o debate da época [inaudível] questão religiosa.

E.G. – Mas o debate não é religioso. Eu sou um ser humano, e por isso eu tenho que lutar como um leão para defender qualquer forma de vida. A mesma coisa é o negócio das células-tronco.

B.G. – Desculpe. Até aborto em caso de estupro, por exemplo?

E.G. – Até aborto em caso de estupro. Eu sou radicalmente contra. Choquei, com esse meu exemplo? Não é muito mais racional você esperar nascer e matar em seguida? Não põe... Por

que vai colocar em risco a vida da mulher? Porque quem admite o aborto admite esse tipo de homicídio. É difícil para mim dizer isso, mas eu não entendo como é que as pessoas podem aceitar no início da gestação e não no fim da gestação. Acho que um outro negócio muito... É uma coisa que me... que eu acho que foi importante de... Eu acho que eu feri o Fernando.

F.F. – De jeito nenhum. Em hipótese alguma.

E.G. – Células-tronco, a mesma coisa, também.

F.F. – Mas, também no células-tronco, o senhor deixou de escrever alguma coisa no voto?

E.G. – Não, não, Lá, não deixei de escrever. Mas, engraçado, eu acho que ali só o Carlos Alberto Direito e eu votamos contra. Não sei se houve mais alguém. Acho que um outro troço muito legal, mas muito legal, no sentido de construção jurídica, foi [o caso] do município de Luís Eduardo Magalhães. Porque aí entrou o negócio da exceção, não é? Esse... Quer o número? É a ADI 2.240. Isso do ponto de vista, vamos dizer, geral. Porque anistia, execução antecipada de pena, o princípio da insignificância, aborto, isso teve um impacto geral. Impacto no sentido de refletir sobre. Agora, houve casos específicos. Houve um caso muito bonito, mas muito bonito, do Rio de Janeiro, que é o caso do Canecão.

F.F. – Como foi?

E.G. – É um terreno que pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse processo estava lá há anos e anos encravado e não saía, e aí... Porque quando eu cheguei, eu disse assim... no gabinete, depois que eu... Você leva dois anos... A minha tese é que o ministro do Supremo tem que chegar lá e, durante dois anos, ele não vale nada, ele finge que... Depois de dois anos, ele aprendeu a coisa toda. Mesmo que ele seja juiz. Então eu tinha separado. E eu tinha o caso dos Pataxós e o caso do Canecão e tinha outros, que eram processos que estavam lá há anos e anos. O Canecão, eu até tomei nota. Interessante?

F.F. – Claro! O que o senhor achar...

E.G. – O Canecão é a AR 1.333; a anistia é a ADPF 153; a execução provisória da pena é o HC 84.078. Bom, o aborto, vocês sabem. Índios Pataxós foi outro negócio, também... realmente, muito bonito. E é engraçado que... Eu não recebia a parte. Mas eu não podia receber de... Índio, eu não podia receber. Foram lá... Houve uma cena muito bonita... Porque embora eu... Você vai dizer: que cara contraditório, comuna e místico. Mas eu acho que acreditar na igualdade já é um tipo de misticismo. Uma coisa muito bonita, porque foi uma mulher que era cacica, era cacique. Aí, quando saíram do meu gabinete, ela... E eu levei isso a sério. Ela pegou minha mão na mão dela e disse: “Não se preocupa. Tupã vai sempre lhe proteger”. [emoção] E eu acredito nisso. Eu acredito na bondade das pessoas, eu acredito no... Me faz bem, pô!

F.F. – Esse, nitidamente, foi um momento que lhe emocionou.

E.G. – Putz! Mas é um negócio para você chegar...

E.G. – Ministro aposentado há três anos. Vocês viram quantas vezes tocou o telefone? [risos] Bom, cliente liga de vez em quando, fica tranquilo, mas liga para o escritório. Mas eu sou um emotivo. Já deu para perceber, não é? Outra coisa, assim que eu cheguei: contribuição dos inativos. Barbaridade! Lembram disso?

F.F. – Como é que o senhor descreveria sua participação?

E.G. – Contribuição do INSS para os inativos.

F.F. – Como é que foi sua participação nesse caso? Como é que o senhor a descreveria?

E.G. – Eu votei... Olha, esse aí é a ADI 3.105. Eu votei a favor da contribuição dos inativos. Minha mãe era viva. Eu acho que uma porção de amiga da minha mãe deixou de falar com ela. [risos] Pelo menos uma prima minha deixou de falar comigo por causa... Você vê que coisa, não é? Esse foi o momento em que o Supremo já... Com o negócio da televisão, eles começaram a... Começou a banalizar. O grande mal é esse. Banalizou a... não a Justiça; banalizou o Supremo. Alguém fala alemão aqui?

F.F. – *Ich*.

E.G. – *Eine Scheiße. Eine große Scheiße.* [risos] Foi isso. Posso falar em português? Uma grande merda, que foi esse troço, uma grande merda.

F.F. – O senhor atribui a culpa dessa grande merda à imprensa, imprensa ou à TV Justiça, que é uma imprensa do Judiciário?

E.G. – À TV Justiça. O negócio é o seguinte: você não pode, de modo nenhum, coibir que a imprensa se manifeste. O Jobim me provocou a contar uma história ligada à imprensa, e se vocês me perguntarem um pouco mais ou me provocarem, eu conto. Você não pode coibir a imprensa, mas você não pode se exhibir para o mundo. Entende a diferença?

F.F. – Não.

E.G. – A imprensa noticiar, ter acesso é uma coisa; agora... Então, eu namoro a Greta Garbo. Vocês nem sabem quem é Greta Garbo, a grande atriz. Eu namoro a Danuza – aliás, um sonho meu. Uma coisa é eu deixar me fotografarem de mãos dadas com a Danuza; a outra coisa é eu sair na rua, querendo exhibir a minha relação com a Danuza. Entendeu o que eu quero dizer? Eu não posso coibir a imprensa de fazer qualquer tipo de comentário, nada. A liberdade de imprensa é algo extremamente importante. Agora, eu não posso eu me oferecer. O que a TV Justiça está fazendo... Ela está auto exibindo o tribunal, com todas as suas mazelas.

F.F. – E a história que o ministro Jobim lhe provocou a contar é...?

E.G. – Por causa do negócio de censura, tem uma... É uma história muito engraçada do negócio da censura. São episódios que aconteceram lá, durante os julgamentos. Um dia, estava se julgando um negócio que envolvia a censura e eu citei um jovem jornalista que escrevia na *Gazeta Renana*. Ele dizia que há uma lei de imprensa... que é bom que tenha uma lei de imprensa, porque senão vira uma baderna. E aí um ministro lá disse: “Ah, mas...”. Era Marx. Ele disse: “Marx copiou as ideias todas de Bakunin”. Eu falei: “Epa! Como é que é?” “A prosa de Bakunin era muito mais elegante do que a prosa de Marx.” Bom, aí eu me dei... Eu percebi:

o cara queria era me desviar, me tirar da linha de raciocínio. Eu me fiz de besta e prossegui. E quando terminou, eu perguntei para esse cara: “Escuta, você leu Marx?”. “Sim.”

F.F. – Que episódio foi esse, ministro?

E.G. – Foi na Lei da Imprensa.

F.F. – No meio do voto?

E.G. – No meio do voto, esse sujeito...

F.F. – Um ministro disse isso?

E.G. – Um ministro me interrompeu e disse: “Marx copiou as ideias de Bakunin”.

F.F. – Quem foi esse ministro? Desculpa. Se o senhor preferir não falar, não há problema.

E.G. – Não, eu não vou dizer. Mas você vai olhar lá e você vai ver.

F.F. – O.k.

E.G. – Eu não quero dizer.

F.F. – Não há problema.

E.G. – Mas você vai achar. Ou então você desliga essa merda depois... [risos] Você desliga e aí eu conto. Mas aí eu disse: “Você leu Marx?”. Ele falou: “É lógico que li”. Eu falei: “Mas você leu *O capital*?” “Já disse que li.” “Você leu todo *O capital*?” “Li.” Eu disse: “Todos os dez tomos de *O capital*, você leu?”. “Sim.” Eu falei: “Então não temos mais nada a conversar”. Porque você sabe que *O capital* tem três tomos, não é? Se ele leu dez, eu não tenho mais nada para conversar com ele. Vai procurar agora quem é esse? Não, não precisa procurar. É fácil descobrir.

F.F. – Mas essa provocação foi a título de...?

E.G. – Quando o cara disse que Marx escrevia... copiou de Bakunin?

F.F. – Por que o senhor acha que ele tentou provocar nesse sentido?

E.G. – Ele queria me tirar do raciocínio. Nós estamos aqui, nós estamos votando, um, dois, três, quatro, cinco. Você começa a desenvolver um raciocínio e eu digo: “Olha, a sua gravata está dentro da xícara do café”. “Como assim?” “Está.” “Não está.” Eu te desvio do raciocínio. Isso era uma técnica usada, mas tranquilamente: te distrair.

F.F. – Imagino que, provavelmente, ele discordava do seu voto na Lei da Anistia.

E.G. – Ele, provavelmente, iria discordar. Por aí ele... Eu ousei alguma coisa. Só que a observação era totalmente cretina, dizer que Marx tinha copiado de Bakunin.

F.F. – E a Lei da Anistia? Pelo visto, uma experiência intensa.

E.G. – Foi. A Lei da Anistia, para falar a verdade, lhe dizer exatamente... O Jobim disse assim: “Conta tudo”. Olha, o negócio da Lei da Anistia foi o seguinte, quando caiu para mim a Lei da Anistia, eu pensei inicialmente: “Eu vou pular fora desse negócio.” Eu podia me aposentar, tinha tempo, já no começo de 2010, e eu estava com o voto pronto e eu... Eu disse: “Vou ficar nesse negócio aqui para quê?”. Era 30 de janeiro, eu estava chegando de viagem... Era a única... Durante todo o tempo em que eu estive no tribunal, eu ia para a França – eu tenho ligação – só no fim do ano e em julho e se havia alguma coisa. Sempre tinha um congresso, alguma coisa, uma palestra [**inaudível**]. Mas eu cheguei e me pus o seguinte problema: “Me aposento agora ou espero? Se eu me aposento agora, em 2018, se eu estiver vivo ainda, eu vou lembrar e vou dizer, ‘eu afinei e me aposentei, para não julgar a anistia’”. Então, tomei a decisão de não me aposentar e de julgar a anistia. Quer dizer, foi uma coisa bastante relevante, não é? Trabalhei naquele voto intensamente. Fiz um levantamento histórico... Vocês conhecem o voto? Pelo fato de eu ter, enquanto outro, ter sido vítima ou não ter sido vítima, isso não quer dizer nada. O

que eu tinha era que tomar uma decisão no quadro daquela realidade, considerando o que houve e os dados que eu tinha, e foi o que eu fiz. É engraçado que foi um julgamento relativamente simples, porque ninguém pediu vista. Julgou-se numa só sessão. E foi isso. Eu fiz isso. Acho que é parte do que eu devia fazer na vida. No fundo, no fundo, isso era tão importante quanto um agravo que eu tenha julgado lá, num caso em que se discutia coisíssima nenhuma. Mas, para mim, aquilo assumia... dentro da minha pré-compreensão, aquilo assumiu uma importância muito grande. Eu fiz o que eu tinha que fazer. Quanto que foi o resultado?* Oito a dois, não é?

F.F. – Se não me engano.

E.G. – Ou nove a dois.

F.F. – Se não me engano, nove a dois.

E.G. – O nosso poeta lá foi só o que... o Britto foi o que... E outro, não me lembro quem. O Joaquim.

F.F. – O senhor se lembra dos argumentos deles?

E.G. – Não me recordo, não.

F.F. – Nem este processo lhe gerou alguma espécie de solicitação pela imprensa, algum impacto?

E.G. – Mas aí é que está, solicitação é uma coisa que você aceita ou não. Se você não aceita, não te afeta.

F.F. – Tentativa. Desculpe. Realmente, me expressei mal.

* O resultado da votação foi sete a dois. Os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto votaram pela revisão da lei. Não participaram do julgamento os ministros Joaquim Barbosa, por estar de licença médica, e Dias Toffoli. Em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>>. Acesso em: 4 de julho de 2013.

E.G. – Não, não. Mas uma tentativa, se você não aceita, aquilo não te afeta. Eu tenho uma coisa muito presente na minha cabeça que é a seguinte: você é você; agora, você desempenha vários ofícios, várias funções. Eu, nesse ponto, eu sou bem sartreano, no sentido de que eu não sou, definitivamente, coisa nenhuma. Se você me perguntasse há algum tempo, quando eu publiquei o romance *Triângulo no ponto*, quem eu era, eu poderia dizer: “Ah, eu gostaria que me considerassem um professor de direito e juiz...”. Porque eu nunca falei ministro do Supremo; eu sempre falei juiz. Eu acho que aqui mesmo, hoje, na nossa conversa, o que foi preponderante foi a referência ao juiz, não ao ministro do Supremo. Eu queria que olhasse para mim e dissesse: “Ah, que legal! Esse cara aí é simpático. Ele é um professor de direito e juiz que faz literatura, que escreve”. Hoje, o que eu mais gostaria é que dissessem: “Ah, esse cara é um escritor. Ah, ele foi professor de direito e foi juiz”. Entende? A gente precisa compreender que a gente pode ser tudo: pescar de manhã... Aquela história do velho Marx. Porque nós não somos definitivamente nada. Como o garçom, do Sartre. Enquanto eu sou juiz, eu repito... O garçom, ele equilibra a bandeja, faz aquele negócio, toma nota dos pedidos. Enquanto eu sou juiz, eu tenho que fazer aquilo, eu tenho que ver a Constituição, ver os códigos, pá-pá-pá e desempenhar a minha coisa de... Não de fazer justiça. Se o cara não compreende isso, ele se ferra, porque ele começa a se levar a sério e começa... começa a ter... [fazendo voz pomposa] Estou imitando o nosso Nelson Jobim, que faz assim. Ele se perde. E não há nada pior do que o cara se perder dele mesmo, não é? Isso é que é... Porque o cara que se leva a sério passa a ser um fantoche de si mesmo.

F.F. – Agora, sem dúvida alguma, o processo que mais gerou consequências para o senhor foi a anistia. Talvez, tão próximo quanto as amigas da... aquelas que pararam de falar com o senhor pela contribuição dos inativos.

E.G. – Mas quais são as...? Vamos examinar: o que são consequências?

F.F. – Só da entrevista de hoje, o professor Comparato, que não lhe cumprimentou no mercado.

E.G. – Ah! Mas o Comparato é tão insignificante. Eu sou tão insignificante. Toda essa gente... O problema é que o Comparato acha que ele não é insignificante, você está entendendo? Ah! Deixa eu contar uma coisa que eu acho que é muito... Posso contar?

F.F. – À vontade, claro!

E.G. – No meu concurso para titular... Eu já contei que eu fui... que eu fiz o concurso com mais dois outros candidatos e, no fim, os dois outros candidatos não entraram. Um momento batuta foi o seguinte: eleição para presidente da República, Roberto Freire candidato, e vai sair publicado um manifesto pró Roberto Freire. Assinar um manifesto para sair publicado era exatamente entregar... passar um atestado. Sabe quem é o Roberto Freire. Sabem, não sabem? Ela não sabe.

T.A. – Do PPS, não é? Que rachou o PCB, não foi?

E.G. – Hem?

T.A. – O cara que fundou o PPS.

F.F. – Isso. E rachou o Partidão.

E.G. – O PPS, exatamente. Rachou não, porque o verdadeiro é o PPS. O PCdoB é uma ala meio radical, mas...

T.A. – O PCB, não é?

E.G. – É. Então... Eu assinei. Eu falei: “Entre ficar quieto e assinar o manifesto e botar o concurso em risco, eu vou assinar”. Mas o que... Um negócio muito importante que houve, na minha opinião, foi esse movimento da crítica no direito que surgiu na França em 1978... em 1968 [corrigindo-se] e que era o Michel Miaille, o Antoine Jeammaud, vários caras que eram de esquerda. Depois o... O Garapon veio um pouco depois, mas ligado a essa gente. Eu não sei, hoje, como é que ele está, porque as coisas mudaram completamente. Esse grupo, ou em torno

das ideias desse grupo, um professor argentino chamado Oscar Correias, que se exilou no México, criou um grupo de crítica jurídica na América Latina, que foi um negócio muito bacana, porque a primeira dessas reuniões, estava o Antoine Jeammaud; acho que o Miaille foi, também; tinha aquele português, o Boaventura de Sousa Santos; tinha uns espanhóis... Eu era o único brasileiro. Tinha o argentino Carlos Cárcova e a Alicia Ruiz. E isso foi... Eu acho que isso foi importante, num determinado momento, para o... até para o pensamento jurídico... Não deixou marcas. O Warat era próximo desse grupo. Não deixou marcas, mas... Jerzy Wróblewski. É muito engraçado, porque o Jerzy Wróblewski... Bom, eu conheci o Wróblewski lá naquela ocasião, e aí, um ano depois, eu encontrei o Wróblewski em Paris e ele diz assim para mim: “Ué! O que um brasileiro está fazendo em Paris?”. “A mesma coisa que um polaco está fazendo em Paris.” Era um homem muito inteligente. Esse foi um bom momento intelectual, intelectualmente falando. Aí, depois, a coisa aqui não se consolidou. Por aqui não se consolidou, no Brasil. Tinha o grupo do Roberto Lyra Filho... E a coisa para por aí. E a nossa conversa está começando a declinar. O meu período em Montpellier foi muito legal, porque eu morava... Eu tinha um... Minha mulher e eu, nós tínhamos... Porque eu fiquei lá... Eu fui algumas vezes, mas duas vezes eu fiquei um mês e, depois, no ano seguinte, um mês, em Antigone, um bairro moderno criado como se fosse grego, ou Roma Antiga. Mas logo, logo eu negocieei com o Jean-Louis Autin, que, na verdade, era quem arquitetava as coisas, de encerrar minhas atividades na sexta-feira mais cedo, a tempo de pegar o Talgo, para ir para Barcelona. Então, minha mulher que diz sempre que o que tem de melhor em Montpellier... que o melhor em Montpellier era ir para Barcelona. Porque Montpellier é uma cidade que tem um peso, não é? Ou é impressão minha isso?

F.F. – Não. É verdade.

E.G. – É uma cidade pesada. O contato com... Fizemos lá umas reuniões com o Arnaud, o André-Jean [Arnaud]. Ele está no Rio, não é?

F.F. – Vive indo e voltando, porque ele é casado com uma brasileira.

E.G. – É casado com uma brasileira. Estive em Cuba, também. Tinha um cara que era da Faculdade de Direito lá em Cuba que... em Havana, que morreu – era uma bela figura –, Daniel

Bolté. Era professor em Havana. Eu estava em Havana numa missão acadêmica quando foi julgado o Ochoa, o general Ochoa, que tinha sido apanhado envolvido em tráfico de entorpecentes. E foi um julgamento que levou... O voto do Fidel Castro, durante o julgamento – ele era membro do conselho de sentença que julgou –, levou oito ou nove horas. Foi uma bela experiência. Uma faculdade pobrinha, pobrinha, sem...

F.F. – A Faculdade de Direito de Havana?

E.G. – É, a Faculdade de Direito de Havana.

F.F. – E na sua avaliação, por que, digamos, a escola crítica do direito não prosperou no Brasil?

E.G. – Primeiro, porque tinha mais de uma escola crítica. Bom, a primeira movimentação que houve foi do Lyra, do Roberto Lyra Neto*, em Brasília. Mas foi uma coisa muito personalizada. Depois, houve essa coisa meio maluca do direito alternativo. Você tinha o Direito Achado na Rua lá. Como é o nome daquele homem muito inteligente, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília?

F.F. – José Geraldo de Sousa Junior?

E.G. – José Geraldo. É um homem sério. Depois teve o negócio do Direito Achado na Rua. Perdão. [Teve] o direito alternativo, que foi em Santa Catarina. Bom, eu não tinha nada que ver com o movimento de Brasília e eu me recusava a tomar conhecimento desse negócio do direito alternativo, até que um dia me chamaram... Aquele rapaz do Paraná, que foi para o Paraná, que hoje tem uma faculdade lá...

T.A. – Antonio Wolkmer?

E.G. – Não, não era o Wolkmer.

* Provavelmente, referindo-se a Roberto Lyra Filho.

F.F. – Edmundo?

E.G. – Edmundo.

F.F. – Edmundo Lima de Arruda Junior.

E.G. – É. Ele que me... Cadê esse cara?

F.F. – Há algum tempo que eu não tenho notícias dele.

E.G. – Eles me chamaram para fazer uma palestra, nesse negócio de direito alternativo, sobre legalidade, em que eu dizia basicamente o seguinte: “Olha, fora da legalidade e do direito positivo, vocês estão todos fuzilados. A única salvação é a legalidade”. Aqui em São Paulo tinha um sujeito muito inteligente, Márcio, que é professor na Unicamp, que também não produziu nada.

F.F. – Márcio? O senhor se lembra do sobrenome?

E.G. – Márcio Brilharinho. Foi meu aluno. Márcio Brilharinho, acho que sim. O que houve foi o seguinte, houve muita... ciúme de um grupo [com] o outro. Aí aquele cara, o Jacinto [Coutinho]... Houve, em um determinado momento, um negócio que eu participei, o Grupo Cainã. Mas tem muito ciúme, um com o outro. Tem aquele camarada que dizem que ele é muito inteligente, mas eu não consigo entender o que ele escreve, não consigo ler, o Lenio.

F.F. – Lenio Streck.

E.G. – Vocês já leram ele?

F.F. – Algumas coisas.

E.G. – Eu não consigo. Eu não entendo. Para a minha... É mais do que a... Está gravando, é? É mais do que a minha inteligência pode alcançar, esse Lenio aí. Dispersou. Eu, de certa forma,

fiquei isolado. Eu pelo menos me considero assim. Aqui em São Paulo há um sujeito brilhante, que seria, vamos dizer assim, o único de quem eu, em termos de escola, me aproximaria, que se chama Alaôr Caffé Alves. Esse é sério. E o Wolkmer, o que aconteceu com ele? Ele está por aí?

T.A. – Acho que continua dando aula.

F.F. – Continua, na [Universidade] Federal de Santa Catarina.

E.G. – Em Santa Catarina, é?

F.F. – Acho que continua ligado ao Boaventura. Não é isso?

T.A. – Não sei.

E.G. – Rapaz! Mas eu acabei falando e esquecendo que a gente estava sendo gravado. Mas não tem escola crítica aqui. A verdade é a seguinte: o Marx virou uma coisa inteiramente fora das perspectivas. Eu, em março, eu fiz uma palestra, a convite de uma universidade francesa, em Paris, e como é um negócio... Sabe como que é francês, não é? Era um temário... *Un regard latino-américain*. Então, tinha geógrafo; parece que convidaram o Vargas Llosa, não sei... E vai ser o ano inteiro. Eu não sei se o Vargas Llosa vai, mas, em suma, **[inaudível]**.

F.F. – Perdão. Quem?

E.G. – Vargas Llosa. Então, eu, quando cheguei, falei com um professor lá que é meu amigo... E você lê. É uma indelicadeza você fazer uma coisa de improviso, na França. Tem que ler, ou fingir que está lendo. Tem a famosa história do San Tiago Dantas, que esqueceram de levar o texto e ele pegou uns papéis e fez a palestra assim, olhando, como se estivesse lendo. E eu citava três trechos de Marx, nessa minha palestra. E ele é muito delicado, ele me disse: “Olha, não precisa identificar o autor”. Eu não estou fazendo caricatura; é exatamente isso. Então, o que aconteceu foi que o pensamento crítico, eu diria, acabou se dispersando, não apenas... Aqui ele não chegou nunca a se fixar, mas na Europa, mesmo na Europa, acabou se dispersando.

Não há nenhum, vamos dizer assim, nenhum resquício da crítica do direito, aqui entre nós. Ou há?

F.F. – Não sei.

E.G. – Nada.

T.A. – Professor, *O direito posto e [o direito] pressuposto*, o senhor publica dentro dessa linha crítica, o senhor não acha?

E.G. – Eu acho que nesse meu livro tem... É uma coisa curiosa, porque *A ordem econômica na Constituição*, que foi a minha tese para professor titular, ela tem umas pequenas tinturas políticas. Agora, *O direito posto e pressuposto*, eu acho que é um livro que pode se alinhar, em alguns capítulos, bem na corrente da crítica do direito. Como ele foi sendo reeditado e eu fui acrescentando coisas, talvez ele tenha, hoje, uma cara diferente da primeira edição. Agora, foi até bom você entrar nele porque eu gostaria... E eu ia ficar arrependido de não ter falado o que eu vou falar agora, depois, se vocês fossem sem que eu falasse isso. Eu tenho um livro que foi para a quinta edição, chamado *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*, não sei se vocês conhecem...

T.A. – Conheço.

E.G. – Bom, esse livro está esgotado já há uns dois anos, a quinta edição, e eu... O Álvaro Malheiros, que é editor, quer reeditar, e eu falei: “Não, não vou reeditar. Porque eu quero rever inteiramente essa coisa dos princípios”. Então, vai sair o livro com um título diferente e com uma anotação embaixo: “Sexta edição, refundida do *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*.” O livro vai sair com o título *Por que tenho medo dos juízes*. E o que muda radicalmente no livro é o seguinte, é que eu digo que os princípios não existem. Não existem princípios. E pego... Eu conhecia, já tinha lido o Franz Neumann, mas eu não conhecia um livro dele de 1942 que é um livro sobre o nazismo e a Alemanha nazista em que ele... É um livro chato, chatíssimo de ler, mas lá dentro ele tem umas 50 ou 60 páginas sobre o direito nazista. Esse livro chama-se *Behemoth*. *Behemoth* porque ele está querendo

fazer um *pendant* com o *Leviatã*, do Hobbes. E lá dentro desse livro ele diz uma frase que é genial, ele diz que um sistema jurídico fundado em *standards* e em princípios não é senão uma [inaudível], uma desculpa, que justifica qualquer tipo de decisão.

T.A. – É por isso que você tem medo dos juízes?

E.G. – Eu tenho medo dos juízes porque, por exemplo, se eu pegar alguma jurisprudência do Supremo... Exemplo: o caso da publicação do livro antissemita, do Ellwanger.

F.F. – O senhor participou desse julgamento?

E.G. – Não. Eu não tinha chegado lá, ainda.

F.F. – Mas, perdão, eu lhe cortei.

F.F. – Desculpa. O caso Ellwanger...

E.G. – O caso Ellwanger, publicação antissemita: o Marco Aurélio dá o *habeas corpus* porque ele pondera o princípio da liberdade de imprensa com o princípio da dignidade de um povo, dignidade humana e dignidade de um povo. Ele pondera os dois princípios e dá o *habeas corpus*. O ministro Gilmar Mendes pondera o princípio da dignidade do povo judeu com o princípio da liberdade de imprensa e nega o *habeas corpus*. Ou seja, isso é exatamente a falta de critério para decidir, isso é... Princípio é a negação do positivismo. Então, eu acho que, e é isso que eu sustento, que não existem princípios, só existem regras, no direito. E o que está acontecendo hoje – é o que eu dou a entender no livro –, o que está acontecendo hoje é que isso vai prosseguir um pouco assim, até que o modo de produção social resolva mandar para casa esses juízes que decidem como querem e determine que eles vão continuar a aplicar a lei. Esse direito que está aí, ele está aí para permitir a segurança das relações mercantis. E no momento em que você atribui ao Poder Judiciário a capacidade de tomar qualquer decisão, você instala o caos e as coisas não funcionarão mais como devem funcionar. O mercado precisa da segurança jurídica, e um sistema jurídico produzido por qualquer tribunal em cima de princípios produz tudo, menos a segurança jurídica. Por isso eu acho que...

T.A. – Agora, professor, de que modo essa tese que o senhor acabou de narrar para a gente é convergente ou divergente com o direito posto e pressuposto, por exemplo?

E.G. – Eu acho que o direito chamado de direito pressuposto é importante, na medida em que é ele que condiciona a produção do direito posto. O que vale é o que está na lei. Para mim é muito nítido que existe um processo que é o processo legislativo, e que termina na produção da lei. A partir daí começa um outro processo que é o processo normativo, que é a transformação do texto em norma. Só que não é só o texto que você considera; você considera o texto e a realidade. Então, esse processo normativo é um processo a partir do texto, e portanto, o juiz está manietado pelo texto e pela realidade. Mas não é que ele esteja impedido, porque eu só sou impedido daquilo que eu podia ou devia fazer. Ele não está impedido. Ele tem que fazer aquilo. Só aquilo. Porque ele não pode fazer mais do que observar os textos. É lógico, com a substância que os textos têm dentro da transformação da realidade. Fazer mais do que isso é atribuir a ele um poder que ele não tem, que é de reescrever o direito. Não sei, pode ser que eu esteja escandalizando vocês.

F.F. – Não. Mas para eu ter uma compreensão plena do seu propósito, eu incluo um exemplo um pouco mais concreto sobre o caso Ellwanger, o exemplo que o senhor deu. O senhor mostrou duas maneiras... Na verdade, dois julgamentos divergentes com o mesmo método. O primeiro cenário, julga o Gilmar Mendes; o segundo cenário, julga o Marco Aurélio Mello. Então, é uma pergunta que é uma provocação, se o senhor me permite.

E.G. – É lógico.

F.F. – Como é que o senhor julgaria, se fosse em sua época de Supremo?

E.G. – Ah, eu precisaria... Eu não sei. Eu precisaria examinar. Eu não posso... O que eu te dissesse agora, eu te diria dando uma opinião como um cidadão que vai passando, como se a gente estivesse numa conversa de bar. Mas, se eu fosse juiz, eu ia ter que estudar os autos. Então, eu só poderia dizer isso na medida em que eu me encarnasse... Não precisaria ser juiz

para dizer. Eu posso até dizer como é que eu julgaria. Mas eu precisaria raciocinar como juiz, para poder dizer isso.

F.F. – Talvez, com um exemplo mais concreto, um exemplo em que o senhor foi julgador: como é que o senhor atuou no caso da constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)? O senhor tem memória desse processo?

E.G. – Não. Não me lembro.

F.F. – A Ação Direta de Inconstitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça.

E.G. – Não me lembro, sinceramente. Não me lembro. Eu acho que eu votei pela constitucionalidade.

F.F. – O senhor atuou no caso do Cesare Battisti, também? Talvez seja um bom exemplo para a gente ter um pouco mais claro esse propósito.

E.G. – Qual?

F.F. – O propósito que o senhor vem defendendo: sobre princípio e sobre como deve julgar o juiz.

E.G. – Eu julguei...

F.F. – Porque a nossa entrevista talvez sirva de material para pessoas que não têm formação em direito, então...

E.G. – Sim.

F.F. – Então, é muito importante a referência ao direito posto e ao direito pressuposto, mas eu acho que é um propósito um pouco inalcançável para quem já não tem acesso a essa literatura.

E.G. – O juiz tem que decidir com base no direito posto. Esse voto meu, no caso do Cesare Battisti, eu examino bem, acho que examino bem essa questão, para dizer o seguinte: o que é que o tribunal faz? Acho que o tribunal não era o lugar para fazer isso. Isso podia ser feito pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Federal de Recursos, se ainda existisse, ou pelo STJ. Mas está na Constituição. O que é que faz o tribunal, o Supremo? O Supremo diz se os requisitos suficientes e necessários para que haja a extradição estão presentes. Se o tribunal disser: “Olha, falta um requisito”, tchau, o processo morre aí. Mas se o tribunal disser: “Olha, os requisitos estão presentes”, aí vai para o presidente da República. O presidente da República não é um despachante do Poder Judiciário. O presidente da República, porque o tribunal disse que pode ser extraditado, toma uma decisão, que não é uma decisão jurídica; é uma decisão política. Foi isso o que eu fiz. Meu voto foi nesse sentido. Acho que aquele caso foi um caso meio emocionalizado, em que alguns colegas meus acabaram decidindo na base da emoção. E foi complicado aquilo. Aquilo lá foi muito complicado. Mas é basicamente isso. Ou, por acaso, se o tribunal diz que pode extraditar, esse pode quer dizer deve? Não. Não tem sentido. Ou pelo menos eu entendi assim. Se você me perguntasse se eu tenho dúvida sobre alguma decisão, eu digo [que] tenho, uma decisão: aquele caso que foi da mutação constitucional. Agora, é complicado isso, porque, na verdade, quando... A única maneira de você... Ou melhor, o único caminho para você viabilizar a flexibilização do direito posto para que ele seja, vamos dizer assim, amoldado à realidade, num caso extremo, você vai encontrar na exceção. E é isso que está no caso do município de Luís Eduardo Magalhães. Aí, infelizmente, eu tenho que recorrer a um cara que, politicamente, eu tenho certo desprezo por ele, que é o Carl Schmitt, mas que era um gênio, e agora, mais recentemente, o Agamben, que foi um sujeito que trabalhou muito com essa coisa da exceção.

F.F. – Giorgio Agamben.

E.G. – Giorgio Agamben. E o Carl Schmitt é aquela figura complicada, é aquela figura muito complicada da Alemanha nazista. Mas no caso Battisti foi isso. Para mim foi muito claro. Não sei como é que terminou, quanto a quanto, como é que foi o caso, mas ele acabou não sendo...

T.A. – Extraditado.

E.G. – Ou [acabou] sendo extraditado? Não, não foi extraditado. Ele não foi extraditado.

F.F. – Mas então, como julgador, o senhor separava bem o julgador do militante. Eu quero perguntar o seguinte: como alguém de esquerda, na questão da anistia ou na questão do Cesare Battisti, nem de longe, jamais provocaram alguma espécie de dúvida ou alguma espécie de balançar nas tuas decisões?

E.G. – Não entendi o que você disse.

F.F. – Vamos lá: um militante de esquerda que alegava estar fugindo de um governo de extrema direita, de um governo fascista que o perseguia; no outro caso, existia uma demanda por... relativa à memória, relativa a pessoas que foram perseguidas. Sem fazer juízo de valor, e é claro que é uma provocação; não é nem uma pergunta...

E.G. – É lógico. Eu acho que não é isso que determina. É evidente que na minha pré-compreensão, por suposto que eu veria com bons olhos um militante de esquerda que está tentando fugir a um regime que quer a sua pele e vê com maus olhos gente que eu conheci. Mas não é isso que... Aí que é muito importante... Olha, vocês estão fazendo... Eu acho uma maravilha, isso que vocês estão fazendo, mas vocês têm que chegar... Não é mais... Porque não há nada que... Se vocês não fizerem isso, ainda assim é formidável essa pesquisa. Mas o ideal dessa pesquisa talvez fosse chegar ao desnudamento total dos ministros do Supremo, para dizer: esse compreendeu; aquele não compreendeu. Compreendeu o quê? Que eu sou, enquanto ministro do Supremo, enquanto juiz, eu sou uma função ocupada por um ser humano e esse ser humano tem que se despir de pré-conceitos totalmente. Das pré-compreensões, ele não pode se despir, mas dos pré-conceitos, ele tem que se despir, para exercer o seu ofício de modo prudente e correto. Se ele não conseguir fazer isso, ele será um péssimo juiz. Você entende o que eu quero dizer? Então, se me disser assim: “Me aponta um cara, um juiz...”. Não me provoca para dar nomes ao contrário ou mais de um nome, mas “me aponta um juiz que é juiz”. Celso de Mello. É como se eu tivesse a impressão, porque eu não posso ter mais do que impressão, de que não é o Celso de Mello que eu conheci, trabalhando ao mesmo tempo que eu com o Flávio Bierrenbach lá no Mindlin. O juiz Celso de Mello, que ele é quando ele senta ali, é outra pessoa, diferente do Celso de Mello. Dá para entender o que eu quero dizer? Então é isso. E é isso que

é muito difícil, porque nem todos são capazes de compreender isso. O meu ego não tem nada que ver com a minha função. E é muito fácil ver alguns egos delirantes – não vou dizer no tribunal porque não me cabe, mas em geral, pelos tribunais afora, ver egos que são fulgurantes. Eu tenho certa... É uma... Agora, talvez eu esteja sendo contraditório, porque dizendo isso eu vou **festejar** o meu ego, mas eu tenho a impressão de que em nenhum momento o meu ego prevaleceu. Eu cumpri o meu ofício. Está compreendendo? Que coisa curiosa isso. Porque eu não estava preparado para isso. Eu nunca fui... Eu não fui moldado. Eu não tinha sido juiz antes. Agora... Por isso que o Jobim diz uma coisa muito importante, ele diz assim: “O tribunal não é um lugar para gente que quer fazer história; é um lugar para gente que já tem história”. Quer dizer, se amanhã ou depois eu fosse... vivesse longamente e me encontrasse com os filhos do Roberto ou com os filhos da Bia, que são meus netos, e aí o Roberto dissesse: “Vô, conta para o meu filho aqui como é que foi sua vida”. “Eu vou contar um pouco.” Eu podia, tranquilamente, pular esses seis anos em que eu estive no Supremo Tribunal Federal e ainda assim eu seria um avô... “Pô! Que legal que é o seu avô, papai!” Então, eu posso dizer isso. Todos podem? A pergunta é essa: todos podem? Têm uns que não podem.

T.A. – Professor, mas o senhor, então, já enfrentou algum caso em que o senhor, politicamente ou como cidadão, queria dar uma decisão A, mas, como juiz, olhando para o ordenamento jurídico brasileiro, falou: “Não, eu não posso dar a decisão A; tenho que dar a decisão B”. Já aconteceu isso?

E.G. – Isso não foi drama para mim porque... Eu não vivi esse drama. Eu estou falando que os casos corriqueiros eram... todo mundo no gabinete trabalhava neles. Mas quando tinha um caso muito especial, aí era só comigo. Quer dizer, quem fez o voto da anistia fui eu, o meu gabinete só ficou sabendo na hora; quem fez a execução antecipada da pena fui eu. E tinha um caso tormentoso, de um banqueiro, acho que é banqueiro, do Rio – é banqueiro, sim –, que era um *habeas corpus*. Esse assessor principal meu, o Vinícius, ele estava fazendo concurso para juiz, na época. Ele estava lá trabalhando comigo e fazendo concurso para juiz. Quando eu terminei esse voto desse cara... A gente fala lá... Tem um sisteminha de SMS... Eu nunca sei. MSN, não é? Quando eu terminei de dar o voto, eu falei... escrevi: “Vinícius, o que você achou?”. E ele me respondeu: “Belo voto, professor! Pena que tenha sido para esse réu”. E eu respondi para ele: “Você está fazendo concurso para juiz ou para justiceiro?”. Porque eu, se eu fosse

justiceiro, eu botava esse cara na cadeia... aquele cara, até porque ele me parece profundamente antipático. Não vou dar nome, não preciso, o nome não significa nada. Só que ele tinha razão. Quer dizer, se você me perguntar: “Mas isso aí foi...?”. Não, eu não tinha notado. Eu não vivi dentro de mim o confronto de dizer: “Ah, se eu pudesse pegar esse cara!”. Porque, se eu vivesse essa sensação, eu não estava sendo... eu não teria condições para julgar. Você entende o que eu quero dizer?

T.A. – Claro!

F.F. – Nem chegava a ser um conflito, uma angústia.

E.G. – Não chegava a ser uma angústia porque eu... Eu não chamaria esse cara para jantar na minha casa, mas ele realmente tinha direito. É muito engraçado, porque agora, dizendo isso para vocês nesse papo aqui, as coisas até ficam mais claras para mim. E talvez não seja muito claro assim para todo mundo, mas para mim isso é muito claro. Quer dizer, eu nunca tive esse tipo de angústia. Percebe o que eu quero dizer?

T.A. – Perfeitamente.

E.G. – É curioso. É curioso isso. Agora, isso deve ensandecer a cabeça de algumas pessoas, porque o cara está lá para fazer biografia. Ele vai de acordo com a... Eu não estou falando do tribunal aqui, pelo amor de Deus! Eu estou falando no geral, num tribunal ideal. Longe de mim pensar...

F.F. – Mas como o senhor descreveria o comportamento, a trajetória daqueles que estão lá para fazer biografia?

E.G. – São os caras que fizeram campanha. A fauna é tão grande que... Tem tantos variados sentimentos. Mas não vão ficar. Você me dá a composição do Supremo Tribunal de 1953. Me dá, me dá.

F.F. – Ah, não! De cabeça não vai ser possível. Eu lhe pediria a mesma coisa.

E.G. – Me dá três ministros... Me dá três grandes ministros do Supremo de 1960 para baixo.

F.F. – Pedro Lessa...

E.G. – Lá atrás nós já falamos, não vale.

F.F. – De 1960 para baixo... Prefiro pedir eu esses exemplos ao senhor.

E.G. – Candido Motta Filho, Carlos Maximiliano, Hahnemann Guimarães e vários outros. Eu tenho, lá em Tiradentes, você viu, aquela linha sucessória. Têm uns nomes lá que você nunca ouviu falar. Quer dizer, quem será lembrado, do Supremo de hoje, no ano 2080? Não sei se algum será lembrado. Agora, isso não tem absolutamente, para nós, significação nenhuma. Tem um poema do Fernando Pessoa em que ele diz: “Se quiserem, podem rezar latim em cima do meu caixão. Não tenho preferências para quando já não puder ter preferências”. Isso vale para quem é materialista como vale também para quem não é, porque se eu acreditar na perenidade da alma, isso aqui é apenas um momento que não significa nada. Então, por isso eu não estou dizendo: “Como eu sou bacana. Será que vão lembrar de mim?”. Vão lembrar nada! Ninguém lembra. Você lembra do seu tataravô?

F.F. – Eu não o conheci.

E.G. – Nem você lembra. Agora, têm companheiros da esperança de existir para sempre. Isso existe muito. Pretensão e água benta não...

T.A. – Mas, professor, o senhor não gostaria que algum voto que o senhor deu fosse lembrado para sempre?

E.G. – Olha, eu gostaria. Sinceramente, eu gostaria que... Se você me perguntasse assim: “Bom, mas como...?”. Com valor didático, eu diria. Aquele negócio da exceção, eu acho que aquilo é relevante, da exceção do município de Luís Eduardo.

T.A. – Como foi esse...? Desculpe. O senhor tem mais detalhes sobre esse voto?

E.G. – A história é o seguinte: o município de Luís Eduardo Magalhães não podia ter sido criado, porque estava proibida a criação de novos municípios, mas acontece que, embora não tenha sido criado por lei, ele foi criado como um fato. Então, havia uma câmara municipal que fazia leis, havia vereadores, havia prefeitos que executavam as leis, pessoas nasceram no município de Luís Eduardo Magalhães, pessoas morreram no município de Luís Eduardo Magalhães. Então, aquilo era nitidamente uma exceção que tinha que ser reconhecida pelo direito. Então, o acórdão vai nessa linha. Aí eu acho que é... Essa coisa de manter a plasticidade do direito, quer dizer, no último limite, você só mantém essa plasticidade se você recorrer à exceção. Se você quiser lembrar alguma coisa que me satisfaz emocionalmente, eu diria a *oculta compensatio*, a oculta compensação. Eu não sei se eu tenho aqui... Eu tenho um livrinho chamado *Sobre a prestação jurisdicional* em que eu tenho esses acórdãos, mas foi um livro que não pegou. Ora, *mon Dieu!* Ah, não, está aqui... *Oculta compensatio*. Eu pedi lá para o escritório para me... porque vocês vinham aqui. Olha, só para dizer, “Segunda-feira, 20 de maio, 12h44. Seguem as emendas: anistia, execução antecipada, Canecão, município”, aliás, veio município, “Luís Eduardo Magalhães, aborto e contribuição inativa. Falta princípio da insignificância. Não achei”. Mas é só... Se vocês derem lá uma... *oculta compensatio*... Ou então, tem um livro meu – assim, pelo menos alguém compra o livro – chamado *Sobre a prestação jurisdicional*. O caso do... Acho que sim. Eu falei na execução antecipada da pena? Esse eu acho que seria, se alguém tivesse que lembrar... Agora, há várias coisas que você escreve... Quando eu saí do Supremo... Não quero advogar mais, mas eu dou pareceres. Então, é óbvio que quando... Eu tenho dado parecer. Minha atividade tem sido... Eu escrevo, tenho um livro novo... Vocês conhecem meu livro sobre Paris?

F.F. – Ainda não vi.

E.G. – Como ainda não viu?

F.F. – O senhor lançou também um livro de contos, ou um livro erótico.

E.G. – Se eu me chamasse... Se meu nome fosse Hermes, você dizia que o livro seria hermético. [riso] Esse tal livro erótico que você está se referindo é um livro de 2005. Faz sete anos. Não. Saiu um livro meu pela Globo Livros, em 2011, chamado *Paris, quartier Saint-Germain-des-Prés*. Você conhece?

B.G. – Morei lá por um tempinho.

E.G. – Você morou lá?

B.G. – Por um tempinho.

E.G. – Onde você morou?

B.G. – Na Cidade Universitária, ali. Eu estudava lá no *quartier*. A gente morava na Cidade Universitária, eu estudava ali em Luxembourg e sempre...

E.G. – Em Luxembourg? Pois é. Eu tenho casa lá. Eu tenho apartamento lá.

F.F. – Onde é o apartamento do senhor?

E.G. – Meu apartamento é na rue de Rennes.

F.F. – Rue de Rennes?

E.G. – É. Pertinho da igreja de Saint-Germain. É um prédio que vai da rue de Rennes até a rue du Dragon. Eu estou indo para lá sexta-feira. Mas tem esse livro, que vendeu à beça, e agora eu tenho um outro livro de... um livro de contos que vai sair esse ano. Por isso que eu falei, eu queria ser lembrado como um escritor que foi juiz. Você estudou na Paris I?

B.G. – Na Paris II.

E.G. – Panthéon-Assas. Em que área?

B.G. – Eu fui fazer um curso sobre direito continental, como eles gostam de chamar.

E.G. – Direito...?

B.G. – Eles chamam de direito continental, na verdade, que seria uma comparação entre os direitos que evoluíram do direito latino.

E.G. – E quem era o professor?

B.G. – Na verdade, cada matéria é um professor de um país.

E.G. – Ah, é?

B.G. – É. É um *summer course*, tem todo mês de julho, e eles...

E.G. – Sei, sei. Mas eu estava falando do negócio de dar parecer. Então, quando chega um... Agora, eu estou sendo sondado aí para um assunto que eu sei que eu nunca... Não vou antecipar a coisa porque... Para um assunto X. Então, a primeira coisa que eu faço, eu vou para o *site* do STF e dou uma olhada X. Aí, se aparece algum acórdão, um negócio que eu votei, me interessa. Então, sei lá, de vez em quando eu acho uns votos interessantes, sabe? Têm uns caras de Brasília que resolveram fazer uma análise de votos meus. Mas é um livro que disseram que ia sair, mas não saiu. Aí, de vez em quando sai... Outro dia até aprendi uns troços lá que eu nem me lembrava mais. É tanta coisa que você votou... A questão é essa, é muita coisa. A quantidade de trabalho é desumana. A quantidade de trabalho lá é desumana, é realmente descabida.

F.F. – O senhor gosta de ler coisas que publicam a seu respeito?

E.G. – Não dou muita importância. Minha mulher via a TV Justiça; agora não vê mais. A imprensa é muito... Ela tem que ser livre, absolutamente. Por exemplo, tem um cara que diz que eu publiquei um livro de poesias eróticas. Ele nunca leu o que eu escrevi. Porque, realmente, de poesias eróticas, eu ainda não escrevi. Então, esse é um país em que as pessoas

dizem as coisas meio de ouvir falar, sem... Diogo Mainardi, que eu escrevi um livro... E tem um cara chamado Marco Antonio Villa que disse, em um livro sobre o Supremo... Conhece o livro?

T.A. – Não.

E.G. – É um livro sobre o Supremo.

T.A. – Conheço o Marco Antonio Villa.

E.G. – Ele tem um livro sobre o Supremo. Ele diz: “Esse ministro aí, que nunca fez nada de relevante, a única coisa que fez foi escrever um livro erótico”. Não dá nem para ter raiva do cara, coitado. Não dá nem para ter raiva. O cara é um desinformado. Como é que o cara vai escrever um livro sobre o Supremo e fazer esse tipo de consideração? Porque [inaudível], mesmo que o voto seja horrível, o voto da anistia...

F.F. – Esse era o contexto? Ele estava reclamando do seu voto?

E.G. – Não. “A única coisa que esse ministro Eros aí fez, a única coisa”, segundo ele, “foi escrever um livro erótico”. Mas não é artigo de jornal, não; é livro, sobre o Supremo. *Me ne frego*.

T.A. – Professor, falando sobre a sua bibliografia, acho que o livro mais conhecido e mais vendido é *A ordem econômica na Constituição de 1988*.

E.G. – É.

T.A. – Mas tem um livro, e eu gostaria de ouvir um pouco a sua opinião sobre ele, do qual eu gosto muito, que é sobre a relação entre direito e planejamento econômico, que é um livro já esgotado, mas que eu acho ainda muito atual, pelas coisas que o senhor escreve lá. Como é que o senhor vê essa obra especificamente dentro da sua bibliografia? O senhor acha que é

realmente um ponto relevante? Ou não? Como é que o senhor vê essa relação entre direito e planejamento econômico?

E.G. – Esse livro foi a minha tese de livre-docência, em 1976. Acho que naquele momento era importante isso. O livro até que é relevante. Agora, recentemente, um professor aqui da faculdade falou... queria me entusiasmar para fazer uma nova edição do livro. O que aconteceu, com o passar do tempo, foi o seguinte: eu mudei muito minha forma de escrever. Hoje, eu estou procurando um técnico de informática que me ensine a fazer um programa que diga assim, o programa, quando eu escrevo: “Atenção! Já há um adjetivo nessa frase. Atenção! Essa sua frase já tem 23 palavras; convém ter apenas 21”. Então, hoje, a minha escrita é uma escrita bem direta, e aquele livro está cheio de adjetivo, tem umas frases quilométricas. Depois, tem um negócio que talvez... eu não sei se seria relevante hoje, que era discutir o que o plano era, o que o plano não era. Está lembrado disso?

T.A. – Estou, é claro. Mas acho que tem uma questão... Desculpe interromper o senhor, mas tem uma questão ali de que o direito não olha só para o passado...

E.G. – Sim, sim.

T.A. – ...você pode pensar no direito também olhando para o futuro, prospectivamente. Eu acho que essa ideia, na minha opinião, é atual, acho que pode ser discutida e rediscutida.

E.G. – Eu acho que sim e eu acho que aquilo, de certa forma, foi muito importante para a formação da minha cabeça hoje. A formação da minha cabeça, hoje, passa pelo seguinte, veja bem... Eu vou dar um exemplo. O direito não é velho nem novo, ele é contemporâneo à realidade. Se você pegar o Código Civil... O Código Penal é de 1940. Você imagina... E fala em ato obsceno. Você imagine uma mulher que, em 1943, fosse à praia ou à piscina de *topless*... Perdão. Eu vou reformular meu exemplo, porque senão ele... Imagine uma mulher que fosse à praia ou à piscina com um maiô de duas peças cavado. Ela seria importunada, seguramente. Agora, você imagine, hoje, uma mulher que vai à praia ou à piscina de *topless* – não a mesma mulher, naturalmente, [risos] mas uma outra mulher. A lei... O texto não mudou, mas ela não

será incomodada, porque a norma é o resultado da interpretação do texto e da realidade. Por isso que a Constituição norte-americana está aí. Quem produz a norma, cara, é o juiz.

E.G. – Quem produz a norma é o juiz. Com o quê? Com o texto e a realidade. Texto do quê? Da lei, da regra. Porque, se ele pegar princípio, ele faz o que ele quiser. Aí não preciso dizer que ele é aplicador de lei. “Tome a decisão que você quiser.” Não. Ele tem que produzir a norma a partir do texto e da realidade. Por isso que é muito importante você fazer essa distinção entre processo legislativo ou constituinte e processo normativo. Isso que é importante. Ninguém interpreta a norma. A norma é o resultado da interpretação. Você interpreta o texto legislativo, ou o texto constitucional, sempre considerando a realidade. Tem alguma novidade nisso? Não. O Ascarelli já dizia isso. Tullio Ascarelli já dizia isso. Mas é isso que não se vê, é isso que precisa ser dito, redito, reafirmado. A norma é o resultado da interpretação. Eu interpreto o texto para produzir a norma, e a partir das normas que eu produzo, eu tomo uma decisão. Então, eu tenho que fazer uma distinção entre norma jurídica e norma de decisão. *Capisce?* Para mim é muito claro isso, mas temo que não seja para todo mundo.

F.F. – Eros, deixa eu fazer uma pergunta que interessa um pouco aqui à nossa pesquisa: como é que o senhor via a figura do pedido de vistas? Como é que isso funcionava? O que significa pedir vistas?

E.G. – Eu pedi vista, acho que... Vou falar da minha experiência. Eu pedi vista quando tinha algo que eu não tinha compreendido e eu precisava estudar porque estava em dúvida, e eu acho que mais de uma vez eu pedi vista para apaziguar os ânimos.

F.F. – E aí, no caso, não havia dúvida, mas a intenção de apaziguar os ânimos.

E.G. – Mas geralmente, quando eu tinha alguma dúvida.

F.F. – Mas as vistas funcionavam...

E.G. – Vista.

F.F. – A vista. Para apaziguar os ânimos, basta pedir?

E.G. – Não, eu... O pedido de vista é um direito do... e eu diria, é um dever do juiz ali, porque ele tem que... para julgar, ele tem que estar perfeitamente esclarecido.

F.F. – Entendi. Essa segunda função, portanto, de apaziguar os ânimos...?

E.G. – Não, eu falei isso mais na... Eu me lembro de ter feito uma vez isso. Estava quebrando um... uma discussão violenta, pá-pá-pá, eu pedi vista. Aí acaba a discussão. Para apaziguar.

F.F. – Entendi.

E.G. – Mas no sentido imediato é para que o julgador tenha pleno... esteja perfeitamente seguro do voto que ele vai dar.

F.F. – Se tiver alguma dúvida.

E.G. – É.

F.F. – E tenho outra pergunta, também: como é que o senhor definiria ser ex-ministro do Supremo? O que é ser um ex-ministro do Supremo?

E.G. – Não existe ex-ministro do Supremo; existe ministro aposentado do Supremo. Existe uma diferença muito grande. Nós dizíamos: não existe ex-ministro, porque esse é um cargo, como diz a história, vitalício. Então, o que é preciso é que muitos dos ministros aposentados compreendam que estão aposentados. Têm alguns que ainda pensam que não se aposentaram. Mas isso é uma circunstância da minha vida que... Eu sou ministro aposentado; eu não sou ex-ministro. Percebe a diferença?

F.F. – Para eu ter total clareza da diferença, eu reformulo a pergunta: o que é ser um ministro aposentado do STF?

E.G. – Olha, o fato... Eu sou o que eu sou hoje. Eu continuo a ser, permanentemente, um ser em mutação. Eu vou voltar para o velho João Paulo Sartre: eu sou, hoje, algo diferente do que eu fui ontem e, seguramente, diferente do que eu serei amanhã. Quer dizer, o fato de ter sido... ter exercido a função de ministro do Supremo não muda em nada a minha vida. Se eu estivesse vivendo em 2013 sem ter sido ministro do Supremo, eu provavelmente estaria fazendo exatamente o que eu estou fazendo agora. Talvez, gozando um pouco mais das delícias do capitalismo e do processo de acumulação, mesmo sem explorar. Mas eu começo a reacumular agora. Mas estaria fazendo a mesma coisa: escrevendo, não apenas [sobre] direito, mas escrevendo sobre direito, também. Ou seja, não significa grande coisa, ter sido... Quer dizer, eu sou um ser em mutação, permanentemente em mutação. Enquanto eu estiver em mutação, eu estou vivo. Percebe o que eu quero dizer? Isso não é... não foi determinante na minha vida. Todo ministro do Supremo devia ter condições... Eu sei que isso é um exercício de liberdade que a vida me proporcionou. Não foi a única coisa que eu fiz na vida, isso; foi uma das coisas. Eu podia ter feito tantas outras. E se eu não tivesse feito nenhuma delas, eu não seria melhor nem pior. Quer dizer, hoje, eu sou um sujeito que às quintas-feiras, quando eu estou em São Paulo, eu vou para a reunião na Academia Paulista de Letras, que é um negócio maravilhoso: tem uma porção de gente que pensa de modo diferente, mas porque já tem um pouco de idade, e há algumas que só fazem aquilo, ficam esperando a quinta-feira. E vou para Tiradentes. E, de repente, alguém vem me perguntar: “Mas o que foi importante na sua vida?”. Eu não sei. Toda a minha vida foi importante. Toda. Houve pessoas importantes? Sim, minha mulher e meu pai, as duas pessoas mais bacanas que eu conheci na minha vida toda. Isso foi muito legal. Agora, a minha vida não tem importância nenhuma. Quem se dá importância... Estou falando sério. Quem se dá importância, coitado! Isso é... [tosse] O que é ser ministro aposentado? É tossir, ficar com a respiração meio frágil de vez em quando, mas vamos em frente!

B.G. – A título de curiosidade, o que o senhor acha do instituto da aposentadoria compulsória, já que a gente está nesse assunto?

E.G. – Eu acho que tem... Não é legal. Podia... Tem muita gente que teria muito a dar, mas muito a dar. O Peluso é um grande juiz, e o Peluso teria continuado mais cinco anos, ou oito; o Pertence... Eu não teria continuado. Quer dizer, eu fui... Para mim não era fundamental continuar ali. E eu não era importante, tanto quanto seria importante que um cara como o

Pertence ou um cara como o Peluso continuasse. Você entende o que eu quero dizer? Então, eu acho que seria formidável se as pessoas pudessem continuar, se elas quisessem. Ou não, fossem obrigados a continuar. Eu teria saído. Eu teria saído exatamente no momento em que eu saí. Talvez... Tive vontade de sair antes até. Seria muito útil, se algumas pessoas continuassem. Quem que vocês já entrevistaram?

F.F. – Com entrevista, nós já entrevistamos o senhor; já entrevistamos metade do ministro Sepúlveda Pertence... Eu digo metade porque ele teve que sair cedo e nós paramos no momento em que ele falava da nomeação dele para o STF. Discutimos a atuação dele na Procuradoria-Geral da República, então, já fizemos metade da entrevista com o ministro Sepúlveda. Já entrevistamos o ministro Nelson Jobim; o ministro Carlos Velloso; o ministro Ilmar Galvão; o ministro Moreira Alves; e o ministro...

B.G. – O Rezek, não?

F.F. – O Rezek, ainda não. O ministro Rezek, não. Eu estou esquecendo, gente do céu!

T.A. – Ministro Rafael Mayer.

F.F. – O ministro Rafael Mayer.

E.G. – Uma figura encantadora!

F.F. – Tirando que o entrevistamos no apartamento dele, de frente para a praia, no Recife. Então, foi agradável. Foi uma excelente entrevista. Curta, porque dentro do período que é o período da nossa pesquisa, de 1988 a 2013, ele atuou, na verdade, durante dez meses. Mas ainda assim foi uma entrevista riquíssima. E, é claro, alguém que nos recebeu com a maior gentileza.

E.G. – Ah, é um encanto de pessoa!

F.F. – Foi um excelente momento. Ele e a senhora dele, também, que participou indiretamente da entrevista. Ele tirava dúvidas com ela o tempo todo. Foi simpático, foi um momento muito simpático nosso. Foi excelente. Mas veja, Eros, eu acho que... Francamente, eu particularmente adorei, estou adorando até agora a entrevista, acho que é um excelente depoimento. Acho que alguém com a tua trajetória não teria menos coisa para nos contar que o senhor nos contou. Da minha parte, não sei vocês, da minha parte, eu me dou por satisfeítíssimo. Acho que é uma contribuição que, com certeza, vai vir para ficar no seio da nossa pesquisa. Mas, antes de terminar, a gente sempre tem o hábito de perguntar se o senhor acha que tem alguma coisa que gostaria de deixar registrada, se o senhor gostaria de deixar uma mensagem, se há alguma coisa importante que nós ainda não perguntamos.

E.G. – Não. Nós conversamos bastante. Eu acho que a gente tem que ter plena consciência de que o trabalho, ali naquele tribunal – eu estou falando agora do Supremo, mesmo –, não pode ser concebido como um trabalho de individualidades; ele tem que ser concebido como o trabalho de uma totalidade, quer dizer, não é como pensa o ministro tal ou como pensou o ministro sicrano ou como pensou o ministro beltrano. Quer dizer, qual é o pensamento do Poder Judiciário na sua última instância. Talvez... Eu não estou querendo dar palpite sobre como deve ser a pesquisa de vocês...

F.F. – Mas são bem-vindos, de toda forma.

E.G. – ...mas eu acho que tem que ser uma coisa, talvez, num certo ponto, ou desde um certo ângulo, melhor dizendo, cortando as individualidades. Houve um momento em que o Supremo – não os ministros, mas o Supremo – foi mais flexível diante da lei. Hoje ele é mais flexível. Ele mudou, nesses últimos cinco anos... ele mudou, nesses últimos três anos... Eu estou pensando desde o momento que eu saí de lá e... Eu vou até, talvez, ir um pouco além do que eu devesse ir, mas se vocês me perguntassem: “Você quer voltar?”. Eu diria: “Eu quero voltar ao tribunal em 2008 e 2009, mas eu detestaria... Não, eu não quero, de jeito nenhum, eu não quero voltar para esse tribunal em 2012 e 2013”. Entendeu? Por isso que talvez fosse interessante pensar nesse movimento do tribunal no seu todo, de 1988 para cá, não é?

F.F. – De 1988 a 2013.

E.G. – De 1988 a...?

F.F. – A 2013.

E.G. – A 2013.

F.F. – Os 25 anos de vigência da Constituição Federal.

E.G. – É, talvez fosse interessante, não sei, fazer essa análise dele como um todo. Bom, deve ser isso que vocês estão fazendo.

F.F. – Só porque me provocou uma última pergunta: o que mudou? Em 2009, o senhor voltaria; em 2012, o senhor não voltaria. Até para nos ajudar: o que mudou?

E.G. – Eu tenho muito medo dessa coisa de princípio. Isso é horrível. Você não tem mais segurança. Você não terá mais segurança. Porque quando eu decido, ou o tribunal decidia em cima das regras, era previsível o que viria e era previsível, também, que o sujeito tivesse estudado. Em cima desse negócio de princípio, de *standard*, é uma espécie de... Está me fugindo a expressão. Quando você joga lá... É uma espécie de roda da fortuna ou de jogar os búzios: você não tem mais segurança nenhuma. Eu não tenho nem sequer como te contestar, porque não há padrão, você jogou tudo para o espaço. Isso é gravíssimo. O futuro é ruim. Para o tribunal; não para mim, felizmente. [riso]

F.F. – Está bom, ministro. Acho que estou satisfeitíssimo. Thiago?

T.A. – Está ótimo.

E.G. – Quanto tempo nós levamos aí?

T.A. – Cinco horas.

F.F. – Eu qualificaria de uma superentrevista, não apenas quantitativamente, mas qualitativamente.

E.G. – Eu vou ter que ler tudo isso?

F.F. – O senhor pode preferir confiar na gente e dizer: “Está tudo autorizado”. [risos]

F.F. – Então, o que eu ia dizer é que em nome da Fundação Getulio Vargas, tanto do Cpdoc quanto da Direito GV quanto da FGV Direito do Rio, eu queria agradecer enormemente, e até de pessoas que terão um dia... Não sabemos que dia é esse. Pode ser daqui a um ano e meio, quando a gente pretende soltar os produtos, pode ser daqui a dez, vinte anos, mas em nome de todos aqueles que vão voltar para o início do século XXI e analisar a história do Supremo e ter o seu depoimento como um dos elementos e das fontes para estudar esse período importante da República. Muito obrigado.

E.G. – Me deixe só agradecer o seu agradecimento...

F.F. – Claro!

E.G. – ...e dizer o seguinte: eu também fui ligado à FGV aqui, porque quando eu fiz o meu doutoramento, eu passei a ser professor da Eaesp. Eu fui muito tempo professor da Eaesp e tive muito contato com uma grande figura, que foi o Angarita, o professor Angarita. E além do mais, meu pai foi professor da GV, eu já mencionei isso...

F.F. – É verdade. Lá no Rio de Janeiro.

E.G. – Lá no Rio. Meu pai esteve na Eiap. Toda a reforma do Ministério da Fazenda que foi feita com... pela FGV, meu pai participou daquilo tudo. De modo que eu estou mais próximo do que pode parecer. Muito obrigado eu.

F.F. – Obrigado, ministro.

T.A. – Obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]